

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
FACULDADE DE PSICOLOGIA

ORIANA HOLSBACH HADLER

**Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de
institucionalização, políticas públicas e formas de governo**

PORTO ALEGRE

2010

ORIANA HOLSBACH HADLER

Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Porto Alegre

2010

H131n Hadler, Oriana Holsbach

Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo / Oriana Holsbach Hadler. – Porto Alegre, 2010.

123 f. : il.

Diss. (Mestrado em Psicologia) – Fac. de Psicologia, PUCRS.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Neuza Maria de Fátima Guareschi

1. Psicologia. 2. Juventude. 3. Institucionalização.
4. Políticas Públicas. I. Guareschi, Neuza Maria de Fátima.
II. Título.

CDD 155.5

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

ORIANA HOLSBACH HADLER

Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo

Dissertação apresentada para requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi (PUCRS) – Orientadora

Dra. Cláudia Fonseca (UFRGS)

Dra. Lílian Rodrigues da Cruz (UNISC)

Dra. Marisa Vorraber Costa (ULBRA)

*A Cristiano, por ter dividido sua história comigo e
me ensinar a percorrer as trilhas do desassossego.*

AGRADECIMENTOS

À orientadora, Neuza Guareschi por me mandar para a zona e me ajudar a encontrar as pedrinhas da dissertação.

Aos meus pais por acreditarem em mim incondicionalmente, me motivarem a continuar sempre e serem as minhas bússolas pessoais para a vida.

À minha irmã, pela força, potencial invencível e vontade de vida. Por me lembrar que as coisas que realmente importam são invisíveis aos olhos e acontecem a cada pequeno momento nessa nossa passagem.

Ao Marcos, pelos olhares, gestos, afagos e afetos. Por me mostrar que a sombra é uma paisagem, por trazer o seu sossego, atrasar o meu relógio, acalmar a minha pressa, entre palavras e sussurros ao ouvido... Só o que me interessa... 2010. E continua...

À Gi, pelo carinho e amizade imprescindíveis. Por dividir comigo as angústias, as alegrias, as torcidas e me dar força nos (des)caminhos da escrita.

À Andrea e Lucielle, pelas sugestões valiosas e conversas intensas. Por me ajudarem nessa trilha dissertativa e acadêmica.

Aos colegas do grupo de pesquisa pelos momentos de questionamentos e espaço de problematização, por me ajudarem a amadurecer o meu modo de pensar o mundo.

Ao Mario, por ser um exemplo de persistência para mim. Por ser esse guerreiro incansável frente às vicissitudes da vida.

To Sir Duncan and to the entire PH2O group, for the strength you have sent me even though you were not aware of that. May the force be with you.

Ao Dr. João Francisco Neves, à Marilda Moreno e a todo o corpo de funcionários do Instituto de Menores Dom Antonio Zattera, pela receptividade e acolhida sempre que quis me enveredar na instituição, por apoiar meus desejos e acreditar no trabalho desenvolvido.

À gurizada do Instituto, pelas histórias compartilhadas, momentos vividos, pela potência no desvio e provocações emergidas.

À Rosária Sperotto e ao Sr. Monquelat, pela disponibilidade e ajuda, com suas obras primas e valiosos anos de pesquisa e história.

À minha tribo moreniana, pelo aqui e agora, por acreditar no meu potencial criativo, pelos colos dramáticos e experiências divinas nos gritos de vida!

O desejo diz:

*“Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso;
não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo;
gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda
indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de
onde as verdades se elevassem, uma a uma;
eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”.*

E a instituição responde:

*“Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o
discurso está na ordem das leis;
que há muito tempo se cuida de sua aparição;
que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma;
e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.*

(Foucault, A Ordem do Discurso)

RESUMO

Esboçada nas trilhas de questionamentos sobre a tomada do sujeito jovem como objeto de investimento, esta dissertação busca compreender *como certas práticas de institucionalização da juventude são produzidas e refletir quais efeitos tais práticas, ao serem tomadas no campo das políticas públicas juvenis, têm sobre o sujeito jovem*. O fio condutor para esta análise parte uma instituição de apoio socioeducacional localizada na cidade de Pelotas – o Instituto de Menores D. Antonio Zattera (IMDAZ) – , elegendo como recorte as oficinas ministradas no local bem como a articulação destas com programas apresentados no *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. A escolha em trazer as oficinas e o Guia como as duas materialidades utilizadas como campo de análise toma forma no momento em que ambas vêm servir como estratégia de governo sobre o sujeito jovem. Trata-se de colocar em destaque as articulações do processo de objetivação do sujeito jovem, observando as condições de possibilidade pelas quais a vida (jovem) entra na história a partir de múltiplas relações de poder/saber que atravessam e institucionalizam verdades sobre a população juvenil. Oficina e Guia, nesse sentido, são compreendidos como processos que promovem a construção do sujeito jovem *cidadão produtivo*. Para essa discussão, este trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault para problematizar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Portanto, este estudo apresenta reflexões sobre as condições de possibilidade para o surgimento das práticas de institucionalização da juventude no Brasil, problematizando o quanto elas produzem determinadas formas de ser jovem.

Palavras-chave: práticas de institucionalização, políticas públicas de juventude, sujeito jovem.

ABSTRACT

Sketched in the tracks of questioning the taking of the young subject as an object of investment, this dissertation aims *to understand how certain institutionalization practices of youth are produced and to reflect on which effects such practices have on the young citizen, when taken in the field of Youth Public Politics*. The conducting line for this analysis emanates from a socio-educational foundation located in the city of Pelotas – the so-called Institute of Minors D. Antonio Zattera (IMDAZ) –, choosing as analysis source the workshops offered there and their connection with programs presented in the *Guide of Youth Public Politics*. The choice of bringing both workshops and Guide as the two material fields of analysis has its purpose when considering them as strategies of government over the young subject. This is an attempt to highlight the articulation of the objectifying process of the young subject, observing the possible conditions in which life (the young) enters in history through multiple relations of power/knowledge that pierce and institutionalize truths on the youthful population. Therefore, workshops and Guide are equally understood as processes that promote the construction of the *young productive citizen*. For this discussion, this paper bets in the genealogical strategy put forward by Michel Foucault in order to problematize the configuration of the young citizen in elapsing of history. Therefore, this study presents reflections on the conditions of possibility to the emergence of institutionalization practices regarding youth in Brazil, problematizing which effects are produced upon the young subject.

Key Words: institutionalization practices, Youth Public Politics, young subject.

LISTA DE SIGLAS

ASEMA – Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto

C&A – Clemens e August: loja de moda à varejo

CETRES – Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade

CONRERP – Conselho Regional dos Profissionais de Relações Públicas

DNCr – Departamento Nacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FENADOCE – Feira Nacional do Doce

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMDAZ – Instituto de Menores Dom Antônio Zattera

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

S.A.M – Serviço de Assistência a Menores

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINPRORP – Sindicato dos Profissionais Liberais de Relações Públicas

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PRÓLOGO	14
Escolhendo as pedrinhas: mapeando o caminho da pesquisa	14
1. ENTRANDO NA FLORESTA...	23
1.1 "... edificada sobre rochas": da fundação do instituto	26
1.2 "... e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu..."	36
2. CATANDO AS MIGALHAS DE PÃO	41
2.1 Desfazendo as trilhas da juventude com a <i>governamentalidade</i> e a <i>biopolítica</i> ...	45
2.2 Pensando a juventude como dispositivo: entre a qualidade de vida e os direitos humanos	54
2.3 Direitos humanos e políticas públicas: o sujeito de direitos e a produção do sujeito jovem.....	62
3. COMENDO AS PAREDES DA CASA DE DOCES	70
3.1 <i>As oficinas de gente</i> e o Guia: objetivando o sujeito jovem.....	77
3.1.1 O marcador "oportunidades": o sujeito jovem produtivo	85
3.1.2 O marcador "direitos": o sujeito jovem cidadão	88
3.2 A produção do sujeito <i>jovem cidadão produtivo</i>	91
PÓS-ESCRITO: JOGANDO A VELHA NO FORNO	96
Entre o desejo e a Instituição	98
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	109
Anexo I: Trilha (Sonora) da dissertação	109
Anexo II: Folder do Instituto	110
Anexo III: Discurso Oficial de Inauguração do Instituto.....	111
Anexo IV: Projeto de Oficina	119
Anexo V: Lápides dos <i>Joãos e Marias</i>	122

INTRODUÇÃO

A presente dissertação *Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo* aborda a temática da juventude e a construção de práticas de institucionalização voltadas para o sujeito jovem. Ao pesquisar informações sobre a juventude nos últimos anos, deparei-me com dados apontados pelo *World Youth Report*, os quais apresentam os jovens como constituindo 18% da população mundial, mostrando que, em comparação a registros anteriores, nunca houve conhecimento de porcentagens tão expressivas como as atuais (*United Nations*, 2007). O relatório destaca que os desafios no campo das políticas públicas voltadas para os jovens encontram-se não somente no que tange a questões relativas ao bem-estar desse grupo, mas na ênfase a um investimento de cunho muito mais complexo, atingindo uma multiplicidade de áreas – educação, cultura, saúde, desenvolvimento social etc. – que vão proporcionar a formação dos sujeitos.

Já no Brasil, segundo estatísticas apresentadas pelo IBGE (apud Bastos, 2006, p.304), a evolução da juventude apresentou diferenças marcantes em relação à população total, havendo uma queda no seu ritmo de crescimento entre as décadas de 1970 e 1980 (de 3,0% ao ano para 1,2% ano), voltando a elevar-se nos anos de 1990 (para 2,0% ao ano). Assim, a justificativa para tal estudo ocorre no momento em que, nas últimas décadas, a juventude vem ganhando maior relevância na agenda política do país, tornando-se alvo de investimento principalmente de políticas públicas do Governo Federal.

Nesse sentido, ao serem apontados dados como os referidos anteriormente, o sujeito jovem deixa de ser considerado como indivíduo para ser tratado como uma população; população essa que apresenta traços particulares e saberes específicos e sobre a qual recai uma preocupação na mira de práticas de governo. Sendo assim, os

objetivos desse estudo são *problematizar como as práticas de institucionalização do sujeito jovem são produzidas e refletir quais efeitos tais práticas, ao serem tomadas no campo das políticas públicas de juventude, têm sobre a população juvenil*. Sob esse viés, este trabalho apresenta reflexões sobre as condições de possibilidade para o surgimento dessas práticas, problematizando o quanto elas produzem determinadas formas de ser jovem.

Compreendendo que as práticas de institucionalização estão inseridas nos mais diversos campos de atuação, elejo uma instituição de apoio socioeducacional – Instituto de Menores D. Antonio Zattera – como recorte para os delineamentos aqui esboçados. Para tal, foram utilizados os documentos históricos da fundação do local, bem como *folders* de apresentação do estabelecimento e reportagens sobre ele. Entretanto, os objetivos de pesquisa passam por um caráter que busca sair dos discursos ditos e escritos. Tomando o discurso como práticas que produzem sujeitos, revelo que a metodologia desse trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault, e desenvolvida posteriormente por outros autores contemporâneos como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Dreyfus e Rabinow (1995), Giacóia (2008), Lobo (2008) e Veiga-Neto e Lopes (2004, 2007), para problematizar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Em outras palavras, conforme incitam Veiga-Neto e Lopes (2004, p.232) “ao invés de nos concentrarmos apenas no imediatamente visível do texto imagético, talvez possa ser mais produtivo tentar lê-lo a partir do tempo e do espaço que ele evoca”.

Assim, a fundamentação teórica é construída sob a perspectiva foucaultiana, em que se faz uso das noções de *governamentalidade* e *biopolítica* para pensar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Nessa linha de pensamento, a relevância desta escrita está em colaborar com os movimentos de problematização sobre

como são construídas as políticas públicas de juventude, bem como no desejo de por à prova os saberes e as capturas que nos envolvem, possibilitando deslocamentos na direção de uma crítica não sobre ser governado ou não ser governado, mas sobre as relações que se mantêm com a verdade, com os jogos de poder; uma crítica sobre as formas de nos colocarmos no mundo, sobre aquilo que se toma por governo em si e o modo como se governa; uma crítica pela implicação de nossas próprias práticas enquanto formadores de subjetividades.

Diante disso, a dissertação está organizada em três capítulos, como um conto que se abre em várias tonalidades de atos sobre seu personagem. Entretanto, antes de partir para o texto propriamente dito, começo articulando a minha própria trilha com a do sujeito jovem enquanto processos que se constituem e atravessam. Após, no primeiro Capítulo, busco mostrar como as práticas de institucionalização da juventude foram emergindo no Brasil e como essas foram tomadas por políticas públicas. No segundo Capítulo, o foco de investigação é problematizar como essas práticas se tornam formas de governo, passando a pensar aquilo que constitui a juventude como um dispositivo. Posteriormente, finalizo a dissertação, buscando pensar como o dispositivo da juventude aparece nas ações desenvolvidas no Instituto, são apresentadas as oficinas ministradas no local com o intuito de mostrar a articulação dessas com as políticas públicas de juventude e os efeitos de tais práticas na produção do sujeito jovem.

PRÓLOGO

Escolhendo as pedrinhas: mapeando o caminho da pesquisa



Começando não pelo princípio, mas pelo meio – pois nesse aspecto concordo com Larrosa (2003, p.112) em relação às citações de Adorno, quando aquele profere que “sempre se começa pelo meio, sempre já se está em alguma coisa” –, apresento nesta parte a trajetória que mobilizou a escolher o tema da pesquisa: o sujeito jovem e as práticas de institucionalização que o transformam em uma população alvo de investimento. Na versão original do conto infantil *João e Maria*¹, há uma cena, logo no começo da história, em que as crianças, após ouvirem seus pais combinarem de largá-los na floresta, esperam o casal dormir para planejarem maneiras de escapar do destino que os aguardava. João decide, então, sair em busca de pedrinhas que marcassem o caminho de casa e, sob a luz da lua, sai catando seixos que garantissem o retorno. Do mesmo modo que no conto, o casal de irmãos separa esses marcadores para sinalizar o percurso de volta à sua casa, apresento nesta seção da dissertação as motivações e

¹ Cf. Grimm Brothers (1944), esse conto é a adaptação da versão final, *Hansel and Gretel* no original, publicado pelos irmãos Grimm em 1857. A história narra às aventuras de um casal de irmãos que são levados até uma floresta por seus pais e lá abandonados em decorrência da falta de comida para todos.

preparações que tomei para embarcar na trilha desse estudo. Com a intenção de apresentar o mapa da dissertação, mostrarei a seguir como escolhi as pedrinhas norteadoras dessa pesquisa e o caminho que será delineado no decorrer da escrita.

Antes de qualquer movimento, entretanto, é importante mencionar que a ideia propulsora para esta dissertação nasceu de uma vontade de romper com o padrão naturalizado da ciência que toma o objeto como algo distinto e definido *a priori*. Os esboços desta escrita despontaram de um desejo em me deixar levar pelas calçadas dos desvios, pela potência na errância, não como o contrário daquilo tido como correto, mas a partir da deriva, do vir-a-ser (Deleuze, 2006); uma provocação que o mestrado fez insurgir em certo sentido, para que minhas análises fossem tomadas por um espaço de problematização, percorrendo o caminho de como a produção dos sujeitos vai sendo estabelecida a partir das práticas que os constituem e atravessam, como as pedrinhas de João e Maria que marcam a trilha de volta para casa, determinando o percurso a ser feito.

Buscando me deixar envolver por um desejo de percorrer os atalhos escondidos, revelo que os primeiros bosquejos referentes à temática da juventude ocorreram quando minha trilha cruzou com uma instituição de apoio socioeducacional para crianças e adolescentes – O Instituto de Menores Dom Antonio Zattera (IMDAZ), localizado na cidade de Pelotas/RS. Conheci a Instituição nos últimos anos da graduação em Psicologia e, a partir de experiências vivenciadas como coordenadora de oficinas ali desenvolvidas², fui rumando para tensionamentos que possibilitaram a escrita que aqui toma forma. Atualmente, o Instituto atende cerca de 150 crianças e adolescentes, entre 7

² As oficinas mencionadas dizem respeito a dois momentos referentes ao trabalho que desenvolvi no Instituto: o primeiro momento ocorre quando participei de uma oficina como estagiária do curso de Psicologia da UCPel durante o primeiro semestre do ano de 2005; no segundo, quando retornei ao IMDAZ três anos após formada, para também ministrar outra oficina, a qual será apresentada logo adiante neste prólogo. Vale ressaltar que a trajetória de ambos os trabalhos será abordada com maior profundidade nas duas últimas seções desta dissertação.

e 17 anos, e oferece oficinas profissionalizantes, bem como reforço acadêmico no turno inverso ao da escola. Além de tais programas, e de contar com uma rede multiprofissional que envolve as áreas de Nutrição, Assistência Social, Educação Física, etc., a Instituição possui convênios com patrocinadores (C&A, SENAC, EMBRAPA, entre outros) que disponibilizam ações filantrópicas no próprio Instituto como, por exemplo: a criação de uma biblioteca nomeada *Descobrimo Um Novo Mundo*, a oficina temporária de informática e *web design* e o estágio de *Office boy* por 10 meses.

Pensando sobre o desejo de utilizar o IMDAZ como recorte para a dissertação, vejo que a escolha não é acidental. Ao pensar sobre a trajetória da Instituição, é possível ver o quanto ela se mostra articulada com as práticas de institucionalização da juventude no Brasil e, mais ainda, ao tecer seu percurso, torna-se possível problematizar a constituição do sujeito jovem como uma população alvo de investimento de práticas institucionais, de políticas públicas e de governo. Ao prestar atenção à história desse estabelecimento, busquei lançar o olhar às vidas que ali transcorrem e, ao me debruçar sobre essas vidas, pensar sobre os saberes produzidos e os equipamentos (órgãos, leis, tratados, diagnósticos, etc.) de controle e regulamentação fabricados sobre a juventude. Mais ainda, nesse lugar é possível experimentar o sujeito jovem nas articulações de experiências, discursos e relações de poder que o atingem.

Entre as práticas desenvolvidas no IMDAZ, as que me marcaram intensamente foram as oficinas oferecidas aos jovens. Enquanto estagiária do curso de Psicologia, foi participando de uma oficina que iniciei meu vínculo com o Instituto, e foi assim que lá voltei, depois de três anos, com o diploma de profissional 'psi' na parede: com a proposta de começar uma oficina chamada "Que cinderela que nada! – inventando histórias", na qual cada jovem tomaria antigos contos infantis desfazendo-os na produção de novos personagens e diferentes histórias. Porém, no decorrer desse

trabalho, entre as linhas de contos como *João e Maria*, fui atravessada pelas histórias de vida dos participantes, as dos João(s) e Maria(s) com quem cruzei a cada dia naquele local. Esses personagens provocaram um movimento de desdobramento sobre as minhas próprias práticas, um desejo de pôr à prova os saberes que me vinham motivando até aquele momento e questionar as capturas as quais eu perpetuava. Brotava em mim não uma posição de incredulidade generalizada, de resistência a tudo ou de questionar por questionar, mas de colocar a minha vontade sob as lentes de um microscópio, buscando exercer uma análise crítica, problematizando como determinadas práticas de institucionalização vêm produzindo efeitos sobre os sujeitos, compreendendo que essas práticas são também construídas e perpetuadas por minhas próprias ações enquanto profissional implicada em uma realidade social, econômica, cultural etc.

Sendo assim, são observadas duas questões que se atravessam neste estudo: o olhar sobre as práticas do Instituto e o olhar voltado para a minha implicação. Adianto, porém, que a análise sobre minhas próprias práticas, apesar de ser abordada com maior proeminência na última seção da dissertação, acontece no percurso de toda a escrita. Afinal, ao me deparar com as histórias dos múltiplos Joãos e Marias, fui deslocando as verdades naturalizadas, me enveredando floresta adentro, sem querer buscar as origens dos processos ou os porquês das perguntas, mas indo na direção dos acontecimentos, tendo em vista uma atitude indócil frente a uma imagem de verdade. Isso não quer dizer que minha proposta com a dissertação partia em busca de uma verdade, mas se construiria ao refletir “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição” (Foucault, 2007, p.182). Dessa forma, os delineamentos aqui feitos adotam a postura de uma escrita a cursar, para que a descoberta do caminho fosse feita enquanto passo adiante, tratando o texto como força que nos leva estrada afora. Esboçada nas trilhas de questionamentos sobre a tomada do sujeito jovem como objeto de investimento, o foco

de problematização dessa dissertação é *analisar as práticas de institucionalização da juventude a partir do Instituto de Menores D. Antonio Zattera em Pelotas, investigando como essas, ao serem tomadas no campo das políticas públicas juvenis no Brasil, produzem efeitos sobre a população em questão.*

Assim, utilizo o IMDAZ e a experiência com as oficinas como fio condutor desta escrita, sendo que, para tal, utilizo a metáfora do conto *João e Maria* com o intuito de traçar o percurso dos jovens em meio a discursos de saber/poder que os vão constituindo como sujeitos institucionalizados. Invoco esse conto infantil como metáfora para o processo de escrita porque ele está relacionado ao modo como comecei a me implicar com as questões colocadas em xeque nesse trabalho, sendo através da segunda oficina realizada com jovens que assumi o olhar atento às surpresas, iniciando um processo de desconfiância das regularidades, negando a origem legitimadora da ciência. Uma oficina de histórias e personagens que desembocou em contos verídicos de vidas que se atravessaram, na qual percorri um caminho que se enveredou com o dos jovens participantes; isto é, tanto a pesquisadora quanto o sujeito jovem eram produzidos por um emaranhado de regimes de verdade e formas de governo, assim como as crianças da história *João e Maria* que se encontravam perdidos na floresta e foram capturados pelos artifícios da casa de doces.

Vale ressaltar que a minha ideia aqui não é trabalhar o conto em si, mas descontinuar pelas trilhas de uma floresta discursiva, fazendo o (des)caminho das migalhas de pão e observando as condições de possibilidade pelas quais a vida (jovem) entra na história e como determinadas concepções sobre a juventude marcam território em práticas institucionais. No entanto, ressalto que ao partir do Instituto não o faço com a finalidade de julgá-lo, como se houvesse uma supremacia estabelecida ali, pois não acredito que os discursos se mantenham isolados ou que se deem a partir de simples

relações causa/efeito, mas que as coisas se produzem a partir de múltiplas relações de saber/poder que perpassam e vão dar cor ao funcionamento daquilo que se toma por verdade.

Portanto, para a análise sobre as práticas de institucionalização da juventude, me uno a Foucault (1977, 1988, 1995, 1996, 2005, 2007, 2008a, 2008b) a fim de utilizar suas noções de *governamentalidade* e *biopolítica* na medida em que me envolvo nos labirintos da história. Deixo claro, porém, que a ligação entre esses operadores e tais práticas será desenvolvida no decorrer da dissertação, sendo a ancoragem teórica discutida no segundo Capítulo. Todavia, para caminhar nesse movimento de análise, é necessária a clareza quanto ao lugar de onde falo, que é o do estranhamento, o de colocar em destaque as articulações do processo de subjetivação do sujeito jovem, um lugar de movente na arbitrariedade, o lugar da genealogia.

Ao tratar a pesquisa como um exercício genealógico, a ordem cronológica dos acontecimentos não é tomada como prioridade, todavia são investigadas as condições de possibilidade de emergência para a constituição da juventude como um conjunto heterogêneo de saberes e práticas. Isso não significa, entretanto, homogeneizar a história, mas reconhecer os efeitos que determinados fatos e desenrolar de eventos têm sobre os movimentos contemporâneos. Sob esse viés, a genealogia

(...) busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela busca recorrências e jogo ali onde progresso e seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. Ela evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis. (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.118)

A idéia de lugar genealógico nos faz entender que as práticas de institucionalização não fazem parte de uma moldura fechada, mas ocorre como um jogo de vários discursos que transbordam no terreno da economia, da saúde, do direito, da educação, e assim por diante, e que vão formatando um campo que produz sujeitos. Dito de outra forma, para problematizar como o sujeito jovem se constitui objeto de intervenção, é preciso rastrear os efeitos que certas práticas oblíquas têm na formação da categoria juventude. Compreendendo isso, a sua produção não será pensada somente olhando para aquilo que envolve diretamente a questão da juventude, mas sim ao dar voz para uma rede de acontecimentos que, indiretamente, produzem efeitos sobre a constituição dessa categoria. De tal modo, se torna possível descobrir as racionalidades que atravessam as práticas de institucionalização do sujeito jovem. Portanto, no momento em que menciono algumas práticas desenvolvidas no IMDAZ, por vezes também trarei certos programas da mídia, notícias publicadas em periódicos, sentenças no judiciário, configurações sobre direitos humanos e políticas públicas, pois, dessa forma, se observa a formação de uma trama que constitui modos de subjetivação sobre o sujeito jovem.

Assim também se coloca a noção de sujeito sob a ótica foucaultiana. Nota-se que desde o começo dessa escrita me refiro a sujeito jovem; isso revela uma postura que concebe o ser humano como o resultado de processos múltiplos, os quais o constituem na medida em que ele se encontra em um sistema cultural e é atravessado pelas relações que o envolvem (Foucault, 1995). Nesse sentido, quando falo em sujeito jovem o que está em questão não é uma categoria juvenil, ou seja, não estou falando de um grupo em particular ou de um indivíduo, mas de uma população objetivada, que institui regimes de verdade e produz modos de ser. Isso significa que, no momento em que se têm lojas para jovens, música para a gurizada, programas juvenis, existe um jeito de ser jovem

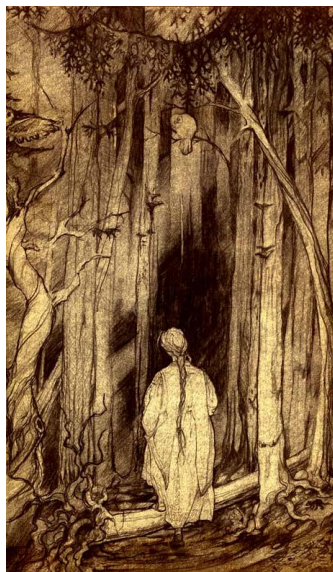
que é colocado como universal e que dita maneiras de se comportar no mundo. Do mesmo modo, quando se fala em espírito jovem, manutenção da juventude, direito à qualidade de ser jovial, se tem uma juventude que é tomada como produto ao qual qualquer pessoa tem acesso. Pode-se compreender, dessa forma, que todos nós podemos ser interpelados pelos efeitos daquilo que se toma por juventude, ou melhor, todos nós podemos ser subjetivados pelo sujeito jovem. Vale ressaltar, entretanto, que no decorrer do texto utilizarei a terminologia *jovens* por ser uma forma de deixar claro ao leitor e diferenciar tipograficamente o grupo com o qual cruzei nas oficinas do IMDAZ.

Seguindo adiante, com a finalidade de investigar os efeitos que determinadas práticas têm na construção do sujeito jovem, o primeiro delineamento dessa pesquisa foi buscar fazer um exercício genealógico sobre quando e como as práticas de institucionalização da juventude surgiram no Brasil e a que políticas públicas elas correspondem. Tendo em vista esse pano de fundo, sigo na segunda parte da dissertação problematizando a que racionalidades essas práticas recorrem, buscando mostrar como determinadas políticas, ações e práticas vêm constituir um dispositivo de governo sobre o sujeito jovem. Para ilustrar esses movimentos, como últimas articulações aprofundo o recorte das oficinas ministradas no IMDAZ a fim de dar visibilidade aos efeitos que essas práticas de institucionalização produzem nos jovens que ali se encontram.

E já que essa escrita é um convite a percorrer as trilhas de como o sujeito jovem vem sendo constituído, aviso aos caminhantes que algumas preparações podem ser necessárias nesse percurso como se despirem de verdades imutáveis e se aparelharem de sapatos que desestabilizem saberes e conhecimentos. Enquanto o processo de pesquisa transcorria, me dei conta de que escrever não se faz só de livros acadêmicos. Sendo assim, fiz uso de outros aparatos que me ajudaram a cursar o (des)caminho da dissertação, colocando na mochila de itinerante algumas provisões especiais que me

fizeram seguir floresta discursiva adentro: barrinhas de chocolate, o Livro do Desassossego de Fernando Pessoa e um cd (Anexo I) com a seguinte trilha sonora: Transpiração, de Ney Matogrosso; Little Red Rooster, do álbum Blue Eyed Blues, dos Yardbirds; Come Together cantado por Joe Cocker; Lonely is the world, de Black Sabbath; Across the universe, dos Beatles; Rock me baby, mas a versão Rolling Stones e ACDC juntos; João e Maria, de Chico Buarque e J'y Suis Jamais Alle, de Yann Tiersen.

1. ENTRANDO NA FLORESTA...



"Portanto é exatamente o inverso do historicismo que eu gostaria de estabelecer aqui. Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer."

(Foucault, 2008b, pp.5-6)

Por vezes, passeando nos bairros de minha cidade natal, o caminho que tomava acabava me conduzindo a muros que me chamavam a atenção. A pintura que neles havia era de um menino sendo carregado por outro e, sob seus pés, destacava-se, na parede azul, o seguinte lema: “Ele não pesa, é meu irmão”.



...Ele não pesa, é meu irmão!

Foi essa imagem que me cativou o olhar quando vi, pela primeira vez, o Instituto de Menores D. Antonio Zattera (IMDAZ), até pouco tempo conhecido como Instituto de Menores de Pelotas. E é essa mesma imagem que me fez aceitar a insinuação de Foucault apresentada na epígrafa desta seção para entrar na ‘floresta’ discursiva que envolve o sujeito jovem e interrogar como esse se constitui objeto de intervenção. Da mesma forma que o célebre lema do Instituto tem sua história, surgindo no dia de comemoração dos 25 anos de existência e mantendo-se até os dias de hoje, o desejo aqui é tecer a primeira parte deste estudo invocando a história de construção do IMDAZ a fim de utilizá-la como linha condutora para uma possível gênese do processo de institucionalização da juventude.

Logo, tomando a gênese não como um movimento que busca a origem, mas como o “resultado de uma trama invisível que serve para clarificar os sistemas heterogêneos que produzem sujeitos” (Peruzzo, 1997, p.48), buscarei apontar, como primeiros delineamentos desta dissertação, de que forma a história do IMDAZ expõe a emergência de certas práticas de institucionalização do sujeito jovem. Assim, neste capítulo procurarei mostrar alguns esboços de *como as práticas de institucionalização da juventude foram emergindo no Brasil e como essas foram sendo tomadas por políticas públicas*.

Entretanto, antes de deslocar a história e partir para a trilha singular da tessitura do sujeito jovem, torna-se necessário colocar o que se compreende por *práticas* e qual significado é atribuído à terminologia *institucionalização*. Primeiramente, a questão das práticas torna-se essencial, pois o domínio de análise foucaultiana ocorre das localidades para os universais, ou seja, se a busca é por um sujeito jovem, deve-se partir de práticas localizadas em certo tempo e espaço histórico para indagar como esse foi sendo constituído. As práticas locais são entendidas como fenômenos concretos que

demarcam a formação de “domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (Foucault, 1996, p.8). Considerando isso, as práticas são tomadas como ações que transcorrem na história, operando sobre os indivíduos e dirigindo o modo pelo qual eles se conduzem e devem ser conduzidos, fabricando-os sujeitos.

Nesse sentido, institucionalizar não diz respeito somente a ações de encarceramento ou à internação de pessoas em estabelecimentos fechados ou abertos, mas o conjunto de regras e discursos anônimos que estabelecem regimes de verdade, legitimando e formatando modos de ser sujeito (Foucault, 1996). Assim, compreendem-se práticas de institucionalização como as verdades que atravessam e fabricam sujeitos. Ao problematizar o conceito de institucionalização, Lins e Cecílio (2008) assinalam o quanto o movimento institucionalista francês, no qual se destacam trabalhos como os de René Lourau e George Lapassade, contribuiu para modificações sobre a noção de instituição no decorrer da história. Baseado nesses autores institucionalistas, esse conceito foge da ideia fechada de estabelecimento, local ou organização, e passa a ser considerado como um permanente processo histórico e social.

Colocar a juventude sob esse viés é considerá-la como algo que é constantemente produzido no decorrer da história. Significa questionar as condições que deram sentido e corpo a essa categoria juvenil, pensando o sujeito jovem a partir de sua gênese. Lobo (2008) mostra que seria adotar uma postura em que se recusa a naturalização do objeto e tomá-lo como acontecimento. Nesse ponto, a autora esclarece que tomar determinada população e suas práticas como instituição significa:

Trabalhar o passado, seguir a trilha das antigas proveniências, articular pontos de emergência das atuais formações (...) é tomá-las imediatamente em sua

historicidade, admitindo que, no mesmo momento em que surgiram certos cuidados com elas, começaram a engendrar-se não só os sentidos que hoje lhes atribuímos, como a preocupação com seus destinos. (pp.20-21).

Tendo colocado, neste estudo, o modo como serão articulados os conceitos *práticas e institucionalização*, passo a buscar as práticas de institucionalização que foram constituindo o sujeito jovem na história brasileira para, logo adiante, pensar como essas foram tomadas por políticas públicas de juventude. Pensando em que ponto me largar nesse caminho tortuoso, atravessado por composições de forças que nos subjetivam, me lancei com o sujeito jovem na direção daquilo que usualmente passa despercebido. Assim, tratei de procurar detalhes, fragmentos, descontinuidades nas formações que se manifestavam como verdades no campo das práticas de institucionalização da juventude. Entendendo que são muitos rumos que compõem o movimento de produção do sujeito jovem, tomo a história do IMDAZ como bússola para me guiar nesse percurso. Dessa forma, saio do Instituto de Menores D. Antonio Zattera, da cidade de Pelotas, para pensar como as histórias e os saberes locais fazem parte de práticas que se agenciam Brasil afora.

1.1 "... edificada sobre rochas": da fundação do Instituto

Ao pesquisar no arsenal de documentos sobre o nascimento do IMDAZ, encontro, entre papéis amarelos e novas impressões, um *folder* publicitário divulgando a Instituição (Anexo II). Datado de 2004, apresenta a atual direção, bem como os trabalhos que são desenvolvidos no local. No anverso, há uma foto da entrada do Instituto onde, centralizados abaixo da inscrição *Instituto de Menores* e sentados nos degraus de cimento cinza, estão os jovens que lá freqüentam como estudantes e

participantes de oficinas. No verso, encontra-se a seguinte mensagem “Instituto de Menores D. Antonio Zattera: ...e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu... pois foi edificada sobre a rocha”.

Intrigada com esse enunciado, comecei a questionar o modo como o local foi constituindo-se na história do nosso país. Pensando nisso, fui atrás das pedras que deram subsídios para sua fundação. Assim, contarei a seguir um pouco do percurso do IMDAZ e, ao fazê-lo, vou bordando sua história com outras linhas, com certos movimentos que atravessam e sustentam sua existência. Nesse sentido, por pedras quero dizer os processos e as particularidades que serviram de condição de possibilidade para a criação da Instituição de cunho assistencial e filantrópico voltada para a população juvenil. Entre os movimentos que deixaram sua marca na construção do Instituto, a escravidão encontra-se em primeiro plano.

Em um país que tem como herança mais de 300 anos de escravidão, não é possível falar das ações sobre o sujeito jovem sem mencionar os rastros deixados pelo regime escravocrata no Brasil, principalmente quando se investigam as condições de emergência que contribuíram para práticas de institucionalização sobre a juventude. Na história da cidade de Pelotas, as marcas desse regime podem ser vistas até o presente.

As charqueadas na beira do rio são apenas a face visível de um gigantesco matadouro subterrâneo, as pontas de um iceberg de bois degolados que esse tabuleiro de ruas com belas moradias acoberta. (...) Fábricas de sabão, de velas e curtumes também estão a pleno vapor embaixo de nós. (...) Qualquer pobre-bicho que transite nestas ruas sente algo aristocrático em seu andar. (...) Só o tiquetaque desordenado das charretes pode expressar a passagem do tempo por aqui. Atenção, lá vem a guria. Ela não é nada, mas julga-se uma delicada

princesinha que leva pastéis de Santa Clara para a avozinha baronesa. (Ramil, 2008, pp.127-128).

Sendo a única colônia francesa do Rio Grande do Sul (Betemps, 1999), Pelotas ou a “Princesa do Sul” – como conhecida por seus contemporâneos – traz os efeitos da colonização européia não somente no cultivo das famosas compotas de pêssego, nas receitas de doces aprendidas por gerações de serviçais ou pela fama dos costumes delicados, nas palavras de Magalhães (1993, p.9) “[é] regra geral caracterizá-la através de conceitos como riqueza, opulência, refinamento, elegância, cultura e até aristocracia”. Os filhos dos novos barões, enviados a Paris para aprender o requinte e o culto às letras e à arte, voltavam também com a vontade de prosperidade e soberba, o que gerava a busca pelo aumento da mão-de-obra escrava a fim de potencializar a pequena vila graciosa em uma cosmopolita urbana *a la française*.

Hoje conhecida por seus casarões robustos, pelas belas charqueadas sedes de formaturas e casamentos, e pelos doces tradicionais, Pelotas surgiu como terra fértil no polo escravista, uma vez que se situava privilegiadamente entre arroios e campos para criação de gado (Monquelat, 2009). O trabalho do charque, carne salgada e seca ao sol, exigia lide violenta do trabalhador, o que colocava os escravos como os corpos adequados para a produção nos *saladeiros* (charqueadas). Com grande parte da sua população composta por escravos – em seus primeiros anos, estima-se que metade da população pelotense era de escravos (Bakos, 1982) – os senhores das terras sofriam grandes movimentos de resistência e fugas escravistas em massa, o que gerava um aumento de medidas disciplinares mais intensas voltadas para o melhor adestramento dos sujeitos. Porém, é no auge das torturas e punições aos escravos que também surgem movimentos de outro cunho, voltado não para a mortificação dos servos, mas para sua salvação.

O Solar da Baronesa, obra arquitetônica construída por escravos e tombada como patrimônio histórico de Pelotas, guarda a história de um barão charqueador, de sua baronesa e da filha *Sinhá Amelinha* que lá moravam. A família tornou-se conhecida por dar alforria aos escravos antes mesmo da Lei Áurea ser instituída (Lopes, Paula & Tomaschewski, 2003); as mulheres da casa distinguiam-se por sua benevolência e assistência aos carentes. Entre a salvação e a obediência, vamos observando os efeitos da escravatura em Pelotas e como são iniciados os rituais de atenção aos desvalidos.

Tanto a questão do condicionamento e submissão dos jovens negros e pobres como o ideal de salvação desses inglórios podem ser observados no discurso oficial de inauguração do Instituto (1959, pp.3-6)³. Segue assim disposto em suas linhas:

Nascidos sem lar, sem aconchêgo, sem conforto, sem proteção, sem noções mais rudimentares de convivência - essas crianças encontram, aqui, vencidos os receios iniciais da surpresa, aquilo que, impiedosamente, a vida lhes negou, marcando-os com o signo da desgraça, como ferrete a conspurcar a pureza de suas almas juvenis. Não são elementos perniciosos, nem perdidos, nem nocivos. São simplesmente, elementos apartados da linha humana, por estas contingências do destino. (...) Êste “Instituto” poderia ostentar, no pórtico, o dístico honroso de “Templo do Trabalho”. Realmente, aqui se enraíza, no âmago de cada jovem, a idéia de que, na exaltação magnífica de Ruy Barbosa⁴, “o trabalho não é castigo: é santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom. Tudo que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no

³ Cópia integral do discurso oficial se encontra no Anexo III.

⁴ Ruy Barbosa foi Ministro da Fazenda em 1889, conhecido por ser contra a indenização que os ex-senhores escravagistas requeriam para reparar suas perdas com a abolição; sendo assim, o então ministro manda incinerar os livros de matrícula dos escravos com a intenção de apagar os vestígios da escravatura no país (Monquelat, 2009).

trabalho é útil. (...) Já o notável Leão XIII⁵, na sua referida mensagem de confraternização das classes, em fins do século XIX, afirmava com ênfase: “O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços”.

Apesar de, ao final do discurso oficial, os fundadores colocarem o quanto o Instituto busca “redimir os erros sociais, como já se antecipara, no passado, à abolição da escravatura negra no Brasil” (Discurso oficial, 1959, p.8), observa-se na fala proferida acima os efeitos do regime escravo na preocupação com a fortaleza do corpo (corpos possantes para potencializar a produção), na domesticação da alma (corpos dóceis para serem bem governados), na urgência para o trabalho (corpos úteis para a capitalização dos senhores da terra) e na diferenciação entre os benfeitores e seus assistidos, ou seja, a noção de filantropia como salvação para aqueles considerados “simplesmente, elementos apartados da linha humana” (p.3).

Esse discurso mostra como surgem estratégias para chamar a população jovem para o trabalho. Isso se deve ao legado da escravidão, pois à questão do trabalho ainda vigorava o peso da servidão. Para ser retirado esse teor, esse estigma de condição servil, era preciso cativar a sociedade e, principalmente, o seu ponto forte – a população jovem – para o trabalho, que se torna, assim, o lugar de dignidade e a saída do ócio que vingava nas cidades. Entretanto, para esse movimento acontecer, a Igreja une-se ao Estado⁶ oferecendo o trabalho como salvação: “o trabalho não é castigo: é santificação das criaturas” (Discurso oficial, 1959, p.5).

⁵ Leão XIII, eleito papa pela igreja Católica em 1878, foi conhecido por influenciar o pensamento social católico, tendo escrito a encíclica *Rerum Novarum* (em latim significa "Das Coisas Novas") na qual debateu as condições das classes trabalhadoras (Vaticano, 1891).

⁶ No Capítulo 2, serão abordados com maior profundidade os efeitos da relação Igreja-Estado no processo de constituição do sujeito jovem.

Dessa forma, pode-se observar que, mesmo 70 anos após a Lei Áurea, o cativo ainda permanecia, pois os grilhões tomavam a forma de vigilância sobre os considerados desclassificados e vadios, ou seja, a grande massa que explodia nas zonas urbanas. Quando o industrialismo solapa a escravidão, a crescente população de ‘homens livres’ acaba culminando em uma saturação do mercado de trabalho, provocando aumento excessivo da pobreza nas cidades, gerando aquilo que se toma por ‘resíduos marginais’ ou, conforme influências dominantes (médicos e juristas, por exemplo) os nomeiam, os degenerescentes e as classes perigosas.

Nesse momento de falsa liberdade – falsa porque mesmo tornando-se livres os sujeitos passaram a submeter-se a uma ordem social e a uma essência econômica voltada para o capital humano –, a intervenção sobre os jovens é fortalecida sob o cunho da ordem e do progresso – “os estimar senão na proporção do vigor de seus braços” (Discurso oficial, 1959, p.6). Vai compondo-se, assim, o quadro de institucionalização do sujeito jovem, uma vez que a juventude passa a ser alvo de investimento nessa sociedade industrial. Sendo visto como possibilidade de alteração do *status quo* cultural, o sujeito jovem passa a ser colocado como parte essencial no desenvolvimento da sociedade (Lyra et al, 2002). Para conter, ajeitar e promover a juventude desclassificada a sua máxima capacidade, medidas contra a pobreza tornam-se necessárias. No meio dessa lógica capital, compreende-se que, para pôr os jovens no trabalho é preciso outra forma de purificação do corpo e da alma: é preciso manter a população saudável. Assim, entram em cena, nesse período, os propósitos para o movimento higienista, que emerge de um casamento entre juristas e médicos (Coimbra & Nascimento, 2005).

Em 1923, era fundada, no Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Higiene, que tinha por missão erradicar os surtos epidêmicos e controlar a desordem social que se alastrava com o urbanismo. Na busca pela higienização do corpo social, as escolas começaram a

adotar ensinamentos sobre hábitos saudáveis com o intuito de atingir a população adulta através de suas crianças. Isso provoca, concomitantemente, um mandato de repúdio à indigência e a classe trabalhadora passa a ser considerada ignorante. Dessa forma, aqueles que não frequentavam a escola deveriam ser civilizados para educação higiênica de outra maneira. Tem-se, aí, a articulação com as propostas do eugenismo.

Conforme o médico fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, Renato Kehl, a eugenia tinha como meta básica a regeneração de certos tipos (os pobres, os improdutivos, os considerados delinquentes, entre outros) para a melhoria da sociedade. Dito de outra forma, apoiando-se nos ideais darwinistas de evolução dos seres mais aprimorados, as práticas eugênicas visavam à purificação das raças. Enquanto grupos hegemônicos passavam a promover campanhas contra a reprodução daqueles considerados degenerados, cientistas estudavam formas de identificar e expor as ‘classes menores’, culminando no aparecimento de testes quantitativos que chegam para formatar e mapear os sujeitos impuros (Boarini & Yamamoto, 2004). Com esse quadro, é possível perceber a importância da instituição educação na prevenção daqueles chamados desviantes, expondo uma operação doutrinal, associada ao projeto da modernidade de ordem e progresso, que vai colocando os corpos mundanos no patamar da ciência.

Ambos os movimentos são importantes, pois, a partir das práticas sanitárias que deles decorrem, vai sendo construído um instituído de higiene social sobre a juventude pobre. Os efeitos dos imperativos sanitários podem ser vistos inclusive nos dias de hoje, quando a crença na higiene tornou-se mandato coletivo: creches e escolas primárias ensinam as crianças a escovar os dentes, a lavar as mãos antes e após as refeições e, em entidades sociais, vê-se a instrução para uma rotina de saúde pública. Retornando para o início do século XX, sob o pano de fundo de cunho sanitarista, vemos os anos 1920 e

1930 sendo marcados pelo fortalecimento de políticas de internação à população juvenil que vaga pelas ruas, fazendo com que as figuras dos meninos desvalidos e abandonados transformem-se na do ‘menor’.

Nascem, assim, os ‘jovens anormais’ e, para acompanhar a regulamentação dessa população, novos dispositivos de controle em torno da norma, do que se deve ou não fazer com eles, vão surgindo. O crescimento das políticas de controle infanto-juvenis no país são exemplos desses dispositivos normalizadores que emergem tendo como preocupação inicial a higienização social daqueles que desordenavam as áreas urbanas – o jovem acaba sendo considerado tanto um perigo como um fardo social. Sob esse discurso, promove-se a criação do Juizado de Menores em 1923 e, logo imediatamente, em 1927, o surgimento do primeiro Código de Menores.

Nos entremeios dos movimentos de vigilância sobre os ditos ‘menores’ é possível observar o arranjo das pedras de fundação do Instituto que venho apresentando desde o começo desta escrita. Eis que nascia em Pelotas no dia 3 de julho de 1924, instituída pelo Bispo da cidade, a Associação Protetora de Meninos Desvalidos. Posteriormente nomeada como Asilo de Meninos Desvalidos, essa organização é o atual Instituto de Menores D. Antonio Zattera. Durante os primeiros anos de sua existência, o Instituto foi mantido pelos irmãos Lassalistas, substitutos dos Padres Jesuítas⁷ que, juntamente com a colaboração de abastados segmentos da sociedade, conseguiram construir um prédio próprio para alojar os ‘menores’. Esses eram meninos entre 8 e 18 anos, que ali ficavam em regime de internato recebendo instrução moral e profissional. Apesar de a faixa etária da gurizada que frequenta o Instituto permanecer a mesma, o sistema de moradia

⁷ A transição dos jesuítas para os lassalistas como ordem responsável pelo Instituto deve-se aos efeitos da I Guerra Mundial no movimento de colonização de certas confrarias no Rio Grande do Sul, uma vez que a congregação jesuítica alemã foi impedida de trazer demais prelados para o Brasil. Com isso, os jesuítas mudaram-se de cidade e o IMDAZ, como também outros internatos e escolas de Pelotas, passaram a ter sua administração gerenciada pela congregação lassalista (Amaral, 2006).

se manteve somente até início dos anos 1980; a partir dessa década o local abriu suas portas para jovens de ambos os sexos, provindos de famílias carentes.

Esses movimentos que envolvem o IMDAZ, desde sua abertura como casa de ‘retenção’ e ‘moralização’ dos inválidos sociais até o caráter catequizante, ‘docilizante’ e redentor pelo trabalho apresentado em seu discurso oficial, demonstram como as práticas de institucionalização sobre essa população jovem vão sendo construídas sob os artifícios de intervenção, de prevenção e de controle. Quanto a isso, Bulcão (2002) destaca que a implementação de órgãos específicos para tratar do jovem desamparado, como o Departamento Nacional da Criança – criado em 1940 com o intuito de ordenar atividades concernentes ao cuidado, à maternidade, à infância e à adolescência – e o Serviço de Assistência a Menores – criado em 1941 para dirigir todo o serviço de auxílio e proteção aos jovens desvalidos e delinquentes – reflete a manutenção da norma e disciplina com o intuito de tornar esses ‘menores’ menos ameaçadores para a sociedade elitista, gerando, portanto, a noção de saúde social.

A mesma autora apresenta a compreensão acerca do termo ‘menor’, que envolve um entendimento para além da menoridade relacionada a questões penais. Longe de lembrar a lógica dos devires e acontecimentos singulares propostos por Deleuze e Guattari⁸, esta ‘menoridade’ aqui colocada está vinculada à problemática de ameaça do pobre ao poder público, uma vez que crianças abandonadas transcorrem pelas ruas a partir de mudanças políticas e econômicas que ocorreram no país (abolição da escravidão, vinda de imigrantes europeus, saturação das cidades). Consequentemente, as casas de assistência e amparo surgem sob o olhar da vigilância e do controle, ligadas às medidas higienistas, com o intuito de ‘proteger’ e tirar os menores da rua. Assim, vai tomando forma a noção de periculosidade em que “o indivíduo deve ser considerado

⁸ Cf. Deleuze e Guattari (1978).

pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos” (Foucault 1996, p.85), ou seja, o perigo não está no que se faz, mas no que se pode fazer.

A assistência apresenta-se, como visto no discurso do IMDAZ, como sinónimo de programas para reeducação, internação e preparação para o trabalho (Coimbra & Nascimento, 2005). A disciplinarização dos jovens ‘desviados’ vai mostrando uma “cultura do perigo” (Foucault, 2008b) e, dentro de uma lógica preventiva e de segregação, o instituído do violento nato vai se espalhando capilarmente na sociedade, arraigando os modos de ser e viver de cada indivíduo, em cada fala, a cada discurso científico e nos saberes que se manifestam, produzindo e forjando (as)sujeitos. Assim, um complexo sistema político social vai sendo criado, cujos instrumentos se direcionam à tessitura de um sujeito jovem próprio. Nesse palco,

[a]s políticas, bem diferentes entre si, de parcerias preventivas e de segregação punitiva deveriam ser vistas, ambas, como iniciativas político-administrativas que jazem sobre esta superfície social e que são condicionadas pelos contornos e características desta. Longe de serem criação exclusiva dos políticos ou da mídia, tais estratégias dependem – para sua operação prática, bem como para seu apoio político – de arraigados modos de pensamento, rotinas de ação e de estruturas de sentimentos que recentemente vieram a caracterizar a sociedade civil. (Garland, 2008, pp.347-348).

Nessa floresta discursiva, observa-se o quanto o surgimento das práticas de institucionalização da juventude no Brasil é permeado pelo olhar sobre as deficiências e sobre os problemas relacionados aos jovens, produzindo estigmatizações, normalizações, regulamentações. Porém, na segunda metade do século XX, vemos surgir acontecimentos no campo dos direitos humanos que tanto causaram movimentação nas práticas adotadas no IMDAZ como também provocaram

questionamentos sobre a terminologia ‘menor’. A seguir, trarei alguns desses episódios que mobilizaram outros modos de pensar o jovem, mostrando como esses foram envolvidos por políticas públicas de juventude.

1.2 "... e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu..."

Tendo visto, anteriormente, o surgimento de certas práticas de institucionalização do sujeito jovem – os resíduos da ordem escravocrata, o controle sobre a juventude pobre, a questão dos desvalidos e ‘menores’, a internação, educação e ressocialização dos jovens marcados “com o signo da desgraça” (Discurso oficial, 1959, p.3) –, passo para a segunda metade do século XX, na qual começam processos diferenciados no país. Nesse período, vemos as práticas de institucionalização do sujeito jovem sendo tomadas por políticas públicas de juventude. Como isso ocorre? Sob os discursos dos direitos humanos, de proteção à população infanto-juvenil que se encontra em situação de risco, de inclusão social e resgate da cidadania. Esses discursos vão promover a criação de outras estratégias de conduta sobre o sujeito jovem, as quais passam a ser reguladas não apenas pela disciplina que controla os corpos juvenis para a obediência e servitude, mas por aparatos de normalização que vêm conduzir o sujeito jovem para o manejo de sua circulação: começa a ser manufaturado um sistema de *produção* da juventude.

Sposito e Carrano (2003) revelam, ao delinear a trajetória das políticas públicas para jovens, o quanto as intervenções preventivas brasileiras têm seu caminho marcado pelo controle social daqueles considerados ameaças ao mercado capitalista. Os autores mencionam que, nesse campo, as ações sociais para juventude tinham como finalidade um único objeto: controlar aqueles cujas virtualidades precisavam ser vigiadas, os

criminosos em potencial, os jovens do desvio. Assim, eram necessárias medidas que os assegurassem como ‘futuros agentes cidadãos’, levando-os a sair da inatividade danosa. O combate ao perigo social acontecia nas práticas para capacitar, tornar apto e incluir o jovem, domesticando-o como cidadão.

Vale ressaltar que a noção de cidadania está intrinsecamente ligada com a questão dos direitos humanos. Sendo assim, torna-se imprescindível, no que tange a produção do sujeito jovem, discutir essa temática. Apesar de o assunto dos direitos humanos ser abordado com maior profundidade no segundo Capítulo deste estudo, é preciso ao menos mencionar certas informações sobre alguns movimentos que vão firmar a emergência de um sujeito jovem de direitos como, por exemplo, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. Coimbra (2001) ressalta que, apesar de ser um marco da história mundial, os direitos humanos defendidos por esse movimento apontam “quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos” (p.141); dito de outra forma, esses direitos também são compreendidos como objetos produzidos sócio-historicamente. A autora nos mostra que, no Brasil, novas políticas voltadas para os direitos da população aparecem na resistência à ditadura militar que assolou o país com o golpe de 1964. Com a luta pela liberdade de expressão, novas propostas de ação social e políticas tomam forma no cenário brasileiro até que, em meados da década de 1980, chega-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que vem colocar os direitos humanos no campo de ação das políticas governamentais.

Após a Constituição de 88, na esfera infanto-juvenil vemos o surgimento da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. A partir desse episódio, novos paradigmas são postos em cena para incorporar as legislações, afirmando o valor das crianças e dos adolescentes como portadores da continuidade do seu povo, da sua

família e da espécie humana. Sendo reconhecida a sua vulnerabilidade, essa população passa a desenvolver um novo papel, aparecendo como merecedora de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual, por sua vez, deverá atuar através de políticas específicas para o atendimento, a promoção e a defesa de seus direitos. Uma implicação dessas articulações é a criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – que vai, então, delinear normas que dirigem a proteção da infância e adolescência visando o desenvolvimento integral desses sujeitos, estipulando os direitos concernentes desde a convivência familiar até comunitária, e determinando também os processos de lazer e socialização que fazem parte dos cuidados adequados de toda criança (Brasil, 1990).

O ECA surge para descolar os sentidos do termo ‘menor’ das crianças e adolescentes pobres, ‘carentes e necessitados’, buscando engendrar novos parâmetros de compreensão acerca da infância e juventude. Hüning (2003) menciona que a promulgação dessa lei promove uma série de mudanças no que tange às práticas e políticas voltadas ao novo ‘sujeito de direitos’ que ela regulamenta. Porém, a autora alerta que, apesar de garantir que o ‘menor’ deixe de existir legalmente, essa terminologia ainda se mantém nos discursos de várias práticas e ações com infantes e adolescentes. Da mesma forma, mesmo o ECA possibilitando uma mudança nos enfoques pragmáticos e um avanço nas práticas institucionais voltadas para a população infanto-juvenil, Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) indicam que ele traça uma normalização da infância, a qual passa a predispor uma essência fixa e imutável a ser seguida, caracterizando os jovens em um patamar que promove políticas de atendimento e medidas de proteção que produzem rotulações sobre a alteridade. Em outras palavras, surge um roteiro sobre os modos de ser sujeito, sobrando para aqueles que não o seguem (os que não frequentam a escola, os meninos de rua, os infratores, aqueles que

não têm certidão de nascimento etc.) o estigma de estarem fora do que seria considerado normal. Assim, apesar de insurgir uma oposição referente ao ‘menor’, ainda se fazem presentes os discursos que vêm marcar aqueles considerados ‘fora da lei’, os excluídos do padrão da normalidade.

Além do ECA, temos a introdução da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº. 8.742, de 1993. Juntos, eles promovem uma atenção à criança e ao adolescente que se encontra *em situação de risco* pessoal e social. Esse discurso do risco acaba rotulando os excluídos mencionados anteriormente, produzindo regulamentações sobre modos corretos de ser gente, o que, conseqüentemente, passa a determinar maneiras de conduzir a população juvenil. Assim, constitui-se um sistema de práticas que vão produzir e institucionalizar uma juventude ideal e universal. Tais práticas podem ser observadas no IMDAZ através das ações desenvolvidas no local com parcerias com o governo do Estado.

Destacam-se, entre essas ações, três programas conveniados com a Secretaria Municipal de Cidadania: ASEMA, PAIF, PETI, os quais podem ser vistos ao abrir o *folder* de apresentação mencionado anteriormente. O Instituto articula-se com o primeiro desses projetos, Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), no momento em que oferece atividades, em turno inverso ao da escola, as quais visam promover a proteção, socialização e profissionalização da população infanto-juvenil que se encontra em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2003). O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) aparecem no Instituto através dos acompanhamentos feitos às famílias daqueles que lá frequentam. Ambos os programas buscam a prevenção e o combate aos jovens que se encontram em situação de risco, embora o PETI tenha também como objetivo a erradicação do trabalho infantil, estando “inserido em um processo de resgate da

cidadania e promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão social de suas famílias” (Brasil, 2009, s/p.).

Nota-se que nos três programas aparece a preocupação com a proteção integral da população infanto-juvenil andando lado a lado com a questão do risco. Nesse sentido, as políticas públicas vão sendo constituídas por meio de uma preocupação com o jovem, o qual passa a estabelecer-se sob as diligências de problema, incorporando o sentido do risco, do diferente que precisa ser normalizado. Vemos, então, a manutenção de uma racionalidade de controle e vigilância sobre essa população: são as antigas práticas de institucionalização do sujeito jovem tomadas por políticas públicas de juventude que, apesar de vigorar por outros meios (projetos e ações sociais) e através de diferentes estratégias (o jovem não como ‘menor’ mas como ‘cidadão’, por exemplo), apresenta sutilmente um instituído de ‘menores’ que ainda permanece. Afinal, não é à toa que, após tantas mudanças em sua nomenclatura, o IMDAZ ainda se mantenha **Instituto de Menores** – “... e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu...”.

Finalizo, assim, esta primeira parte expondo que, para o capítulo a seguir, buscarei catar as migalhas de pão que mostram a que racionalidades as políticas públicas de juventude recorrem. De tal modo, será problematizado como as práticas de institucionalização tornam-se formas de governo sobre o sujeito jovem, marcando a formação de um dispositivo da juventude. Para tal, serão conceituadas as noções de *governamentalidade* e *biopolítica*, agenciando a história de construção do sujeito jovem através desses operadores.

2. CATANDO AS MIGALHAS DE PÃO...



Para o alto

Juventude

Do instituto, nosso lar

Para a frente

Juventude

Futuro conquistar.

Das lições provenientes da vida,

do exemplo emanado da cruz,

da ciência da escola aprendida,

para a Pátria os seus jovens conduz.

(Hino do Instituto de Menores de Pelotas, 1969)

É na transição dos anos dourados para a década de 1970, em meio a movimentos de regime militar, entre resistências e perseguições, pouco antes do título de tri-campeão mundial de futebol e do grito dos “noventa milhões em ação, pra frente Brasil”, que nascem o símbolo, lema e hino do IMDAZ. A partir de reflexões feitas sobre a história do Instituto, desacomodando os versos apresentados em seu hino, por exemplo, é

possível percorrer as tramas da própria história brasileira em torno do processo de objetificação da juventude. Ao olhar a gênese de construção do Instituto e dos discursos que ali tomam forma, pensamos nos rumos que agenciam a constituição do sujeito jovem como alvo de investimento no campo das políticas públicas: como futuro da nação, população para a pátria servir, ninguém segura a juventude do Brasil⁹.

Do mesmo modo, conforme utilizei a história do IMDAZ no primeiro Capítulo como força propulsora para dar voz aos tensionamentos sobre a emergência das práticas de institucionalização e como essas foram tomadas por políticas públicas no Brasil, neste capítulo seguirei aproveitando sua história para mostrar a que racionalidades essas práticas remetem. Assim, o olhar que coloco sobre o símbolo-chave do Instituto – um menino sendo carregado por outro, e seu hino – é aquele que os vê como processos historicamente produzidos, marcas que carregam em suas linhas e sombras um arranjo de como a juventude foi sendo construída. Sob esse viés, farei uso dessas marcas como se fossem migalhas de pão, as quais me ajudarão a percorrer a trilha das políticas públicas, problematizando como essas tornam-se formas de governo e legitimam regimes de verdade sobre o sujeito jovem.

As políticas públicas de juventude não aparecerão diretamente neste capítulo, nem um programa ou projeto em particular, pois buscarei fazer um exercício de investigação sobre os momentos particulares e a gênese das questões que implicam a constituição de tais políticas. Da mesma forma que a fundação do Instituto e seu hino nascem dos atravessamentos de um contexto histórico como mencionado anteriormente, pretendo investigar quais acontecimentos permeiam a criação das políticas de juventude. A intenção é tomar a análise como aquele sujeito que projeta ou dirige construções: partindo dos esboços para pensar na arquitetura singular da composição de

⁹ Referência à música “Brasil eu te amo”, criada por Dom e Ravel em 1970, e utilizada posteriormente em ocasiões cívicas e políticas.

forças e saberes que constituem certas práticas. Sendo assim, buscarei problematizar os discursos presentes no IMDAZ a fim de pensar a formação das políticas públicas voltadas para o sujeito jovem e como elas expõem aquilo que se compreende por um dispositivo da juventude.

Destarte, o foco de problematização desta segunda parte está em investigar *como as práticas de institucionalização tornam-se formas de governo sobre o sujeito jovem*. Para tentar responder esse questionamento, é preciso elucidar o modo como está organizado este capítulo e o porquê de assim o fazer. Em um primeiro momento, explicarei a questão do governo para Foucault e os operadores dos quais faço uso para pensar as *práticas de institucionalização*. Uma vez que os conceitos tenham sido esclarecidos, mostrarei o que se entende por dispositivo e o que significa pensar a juventude como tal. A partir disso, passo a problematizar como esse dispositivo é atravessado pelos discursos de qualidade de vida e direitos humanos, sendo esses os discursos alicerces que aparecem nas políticas públicas de juventude. Essa discussão leva-me ao final do capítulo, no qual tento abordar a ligação entre o sujeito de direitos e a produção do sujeito jovem.

Porém, antes de partir na trilha para essa pergunta, cabe explicar por que escolhi não trabalhar com a noção de adolescência ou incluí-la dentro de uma ‘categoria juventude’. Referente a isso, faço alusão a postura de Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), as quais apontam para a naturalização que existe sobre a adolescência, que se cristalizou como objeto natural com características universais e atributos invariáveis associados. Tendo nas ciências humanas o apoio para a legitimação dessa ‘fase da vida’, ao adolescente é determinada uma identidade e homogeneidade, fazendo com que seja aprisionado em um cárcere evolutivo, cuja sentença é ser o sujeito resultante de um processo desenvolvimentista.

De tal modo, alio-me a Bocco (2009, p.81) quando revela que “pensar em juventude pareceu, até agora, a melhor forma de trazer uma *intensidade* invés de uma *identidade* (...). Com esse deslocamento, ganham relevo as forças mais que as formas, enfatizando processos onde parecia haver apenas produtos”. Dessa forma, trago a juventude, com seus limites e possibilidades, com o intuito ingênuo de tentar romper com noções pré-estabelecidas e caminhar por lugares estranhos. Nesse sentido, ao tomar juventude, não sei dizer que idade têm, simplesmente são os Joãos e Marias com quem cruzei no Instituto, em meio a meus questionamentos que Foucault me incitava quando eu percorria a sua maneira genealógica de pesquisar.

Contudo, é necessário esclarecer que, ao optar por juventude, tampouco pretendo fugir de instituídos, pois acredito que independente de onde o sujeito é tomado – como adolescente ou jovem, criança ou idoso, *hippie* ou militar, casado, solteiro ou noivo... – ele fará parte de um sistema de governo e regimes de verdade, agindo sobre ele determinadas capturas. Isso significa que o importante, então, é salientar a existência de um sujeito jovem que começa a tomar forma a partir da constituição de uma nova racionalidade de governo. Uma noção de juventude que aparece no momento em que se constitui uma urgência histórica, quando o sujeito jovem é visto como vida a ser manejada, que vem gritar o estabelecimento de um novo campo de saber: de uma população que é preciso abarcar, de um novo corpo que se precisa monitorar que vai surgir como o jovem/a juventude/uma população juvenil.

Entra-se, assim, na noção de *governamentalidade*, que vai constituir um sujeito jovem que passa a ser mais do que objeto de estudo, uma população que se visa conhecer e governar, um veículo “de operações políticas, de intervenções econômicas, campanhas ideológicas de moralização e de escolarização, de uma intervenção calculada” (Bujes, 2000, pp.27-28). Dessa forma, se o primeiro Capítulo serviu para

mostrar como as práticas de institucionalização do sujeito jovem emergiram e foram tomadas por políticas públicas de juventude, faz-se necessário pensar como essas práticas se tornam modos de governo sobre os indivíduos, ou seja, é preciso pôr à mesa uma discussão sobre a questão do *governo*.

2.1 Desfazendo as trilhas da juventude com a *governamentalidade* e a *biopolítica*

Primeiramente, vale ressaltar que falar de governo sob um ponto de vista foucaultiano não é tomá-lo como sinônimo de Estado, ou de instituições como objetos centrais de poder, mas se trata “da maneira como se conduz a conduta das pessoas” (Foucault, 2008b, p.258). Foucault (2007) chama de *governamentalidade* o ponto de contato entre o modo como ocorre uma manipulação por regimes de verdade e conhecimento e o modo pelo qual os indivíduos se conduzem e conhecem a si próprios. Em outras palavras, essa noção de governo diz respeito ao governo de uns sobre os outros, não de um poder vertical e centralizado, mas que se remete ao governo das crianças, dos jovens, dos professores sobre os discípulos, dos conventos etc. “Existem, portanto, muitos governos” (p. 280).

Esse modo de governar está intrinsecamente ligado a um conjunto de práticas que foram surgindo a partir de modificações originadas no século XVI. Essas remetem ao governo da pastoral cristã, em que os súditos, para que suas almas fossem salvas, tinham suas condutas veladas não somente pelos clérigos, mas também por si mesmos. Tratava-se de mudanças nos modos de governo; ou seja, ocorre a transição de uma sociedade feudal, cujo governo centrava-se no território, para uma sociedade disciplinar, de controle e regulamentação que ultrapassava questões de espaço físico. Assim, surge

um Estado moderno que vai se preocupar em governar não a superfície ocupada pelo povo, mas em dirigir uma população: é a virada da soberania ao biopoder. Compreender essa passagem é essencial, pois conforme Foucault (2007, p.292) revela, “desde o século XVIII, vivemos na era da *governamentalidade*”.

Em estudos recentes, Veiga-Neto e Lopes (2007) expõem que as manifestações desse modo de governar podem ser vistas nas políticas públicas e em toda a discursividade que a rodeia. Dessa forma, as estratégias de *governamentalidade* aparecerão nas maneiras como a sociedade controla sua massa populacional, seus grupos e sujeitos, como a gurizada jovem, por exemplo. Entretanto, para pensar nessas táticas de governo no campo das políticas públicas de juventude, é preciso voltar no tempo e investigar os percursos da construção da juventude a fim de mostrar como essa foi se transformando através de técnicas de controle, regulamentação, normalização, colocando-se como uma forma de governo das condutas, ou seja, o modo pelo qual os indivíduos se tornam sujeitos. Enquanto traço as linhas desta investigação, mostrarei o percurso do Instituto no meio desses trâmites. Tendo isso em mente, o que procurarei fazer a seguir é pensar a mudança nos modos de governo através da história do sujeito jovem, investigando os caminhos para a construção de uma série de aparelhos que vão tecendo aquilo que se coloca como o dispositivo da juventude.

Assim, começo a trilha da constituição do sujeito jovem partindo da sua inexistência. Passando singelamente pela Grécia Antiga, apenas a título de exemplo, é possível observar que o aparato juventude não tinha o sentido que hoje possui, não fazendo parte do dia-a-dia das pessoas. As crianças eram consideradas adultos em miniatura que, ao completar 7 anos, passavam a ser responsabilidade do Estado, o qual as assumia a fim de transformá-las em guerreiros para proteção da sociedade. Após um período de treinamento, esses soldados mirins tomavam o lugar de homens

amadurecidos, passando a frequentar conselhos e assembleias, sendo incorporados como cidadãos (a essa altura com mais ou menos 20 anos) (Faleiros & Faleiros, 2007).

Na Idade Média, também a questão da juventude não vigorava tal como a conhecemos, o importante ainda era o governo das terras e não das pessoas. A racionalidade na época pré-industrial era a soberania, cuja característica consistia em fazer morrer e deixar viver seus súditos, conforme vontade única do regente para apreender subsídios, tomar bens e aumentar seu território. O rei detinha o direito sobre a morte dos indivíduos, podendo executar os indesejáveis. Esse poder soberano não tinha consciência de uma população ou eficiência do trabalho, mas se exercia sob a lógica das individualidades que representavam produtos e riquezas (Foucault, 2007).

Conforme a noção de família vai pesando, a questão etária começa a se tornar importante e uma ideia de juventude vai surgindo. O conhecimento sobre as fases da vida, antes campo de domínio somente de cultos e ‘cientistas’, começa a ser disseminado na vida diária de cada indivíduo. Isso acontece, pois é na gestão do núcleo doméstico que o soberano era reconhecido como o bom dirigente de seu povo. Sendo assim, para melhor dirigir a economia, era preciso que o governante tivesse controle sobre os micro-núcleos dos quais seus membros faziam parte. Tal movimento provoca uma dissipação do saber desenvolvimentista, que deixa de ser domínio privativo de um grupo elitizado para ser envolvido no discurso corriqueiro das pessoas ‘comuns’.

De acordo com Ariès (1981), as idades da vida deixam de pertencer a um campo exclusivamente científico e passam a ser tomadas como saberes cotidianos, o que transforma a vida em pedaços de fragmentos etários. Saindo fora de espaços acadêmicos, o sujeito jovem vai emergindo em todas as brechas sociais. Nem o outro da criança, nem o outro do adulto; ele vai aparecendo em um lugar de estranhamento, entre-idades, pois não era tomado nem como o contrário do infante como também não

se encaixava no avesso do adulto – afinal não estava completamente maduro, nem completamente infantil.

Logo, o sujeito jovem vai sendo colocado em um lugar no meio das idades, em que lhe são associadas características contraditórias que vão desde ser visto como um objeto de potência para o trabalho, até ser marcado como um ser que se encontra no auge da pujança, devendo ter seu corpo indócil disciplinado. Por essa razão, ocorre um movimento de controle e regulamentação da família pela Igreja, sob a ideia de que os fiéis precisavam ter suas condutas governadas para alcançar a salvação. Aproveitando para controlar a sexualidade do jovem viril, a vigilância da juventude passa por uma arte de governar regida por, como denomina Foucault (1995, 2005, 2007), um poder pastoral.

Neste quadro, obras de caridade passam a institucionalizar-se e, entre o domínio na terra e a redenção no reino dos céus, a caridade pública passa a ter nova relação entre os benfeitores e aqueles que eram amparados. A assistência aqui aparece como sinônimo de salvação, e o que resta aos jovens infames e descontrolados é serem colocados em instituições que os disciplinassem para a moralidade como homens de bem. Esse ideal da salvação na assistência é importante, pois se torna, no Brasil, um dos marcadores para a construção do IMDAZ. Tal configuração é visibilizada pelo nobre lema que emprega o grito “Ele não pesa, é meu irmão” sobre seus jovens, bem como no discurso de inauguração¹⁰ em que se observa o propósito de “santificação das criaturas” (Discurso oficial, 1959, p.5) juvenis que passavam a ser catequizadas naquele local.

Porém, conforme vai surgindo um novo mercado com a afluência de riquezas, as cidades começam a aparecer, o que vai agenciando uma revolução na compreensão da assistência. A pobreza passa a ter um significado pejorativo – não mais uma elevação

¹⁰ Ver a citação do discurso no Capítulo 1.

espiritual através do sofrimento –, sendo associada com uma imagem de inutilidade social. Há uma condenação daqueles considerados vagabundos, que passam a ser uma questão pública e um problema industrial (Marcílio, 2006). Aqui tem início a preocupação que as ilhas urbanas lançam sobre o governo: já não há mais um povo que deve ser relocado, mas grupos populacionais que devem ser contidos, regulamentados, segurados.

Esse período marca a sociedade de industrialização, na qual o Estado torna-se objeto de conhecimento e instrumento de poder, abrindo espaço para a geração do mercado que se insere como primordial para a questão do governo, uma vez que a melhoria nas condições de vida da população está intrinsecamente ligada à produção econômica. Os jovens, que agora podem ser chamados também de “abadias” ou “corpos juvenis”, tornam-se responsabilidade não só dos benfeitores e da Igreja, mas de uma parceria dessa com o Estado (Faleiros & Faleiros, 2007, p.18), uma vez que a vigilância sobre a boa conduta torna-se um dos elementos essenciais para a transformação do sujeito jovem em um corpo dócil para o acúmulo de capital. Essa nova racionalidade, que chamarei de *assistência mercantil* devido ao apoio sobre os desassistidos que vigora na lógica do rendimento, pode ser visualizada no discurso do Instituto quando neste é apresentada a ideia de que “Tudo que se amontoa pelo trabalho é justo” (Discurso Oficial, 1959, p.5), revelando a importância de colocar os desvalidos no campo da produtividade.

Assim, um poder disciplinar, atrelado aos corpos dos indivíduos, apresenta-se enquadrando mecanismos de vigilância a fim de assegurar no homem sua força produtiva. Como força centrípeta, esse poder classifica, hierarquiza e assujeita os indivíduos, dizendo o que devem ou não fazer, distinguindo aqueles que serão incapazes e inativos com o intuito de fixar os procedimentos de adestramento, tornando os sujeitos

dóceis e úteis (Foucault, 2008a). Dessa forma, são construídas técnicas que se voltam para o condicionamento do sujeito jovem, tais como o desenvolvimento de punições àqueles incorrigíveis, os lugares determinados a cada aluno na escola, o catálogo das eficiências, a vigilância nos registros de nascimento e a categorização das classes: é o processo de enquadramento da vida que toma forma pela disciplina (Foucault, 1977).

Nessa ordem disciplinar, o poder centraliza-se “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Foucault, 1988, p.131). Com isso, observam-se os primeiros movimentos da disseminação do governo das pessoas para um âmbito múltiplo, pois começa a tomar forma com a explosão industrial na Alemanha, França e Inglaterra, uma medicina estatal que suscita a observação da morbidade e a formação da polícia médica. O surgimento dessas técnicas de governo chega com o intuito de promover o bem comum e, conseqüentemente, garantir aumento mercantil (Foucault, 2007), pois, afinal, ao observar a morte da população pode-se trabalhar mecanismos que garantam a vida.

Essa é a virada no modo de governar a sociedade, conforme narra Foucault (2005; 2008a), que se apresenta no século XVIII. Isso demonstra o aparecimento de uma nova racionalidade, que antes era soberana e visava o bom governo do povo, agora vem adquirir outra preocupação: o bem comum de uma população que se quer conduzir. Esse novo governo vem carregado com a universalização de práticas de controle do corpo pelo naturalismo médico e com a legitimação de práticas sanitárias – também de marginalização e exclusão de infelizes segmentos da sociedade – pelos discursos científicos.

Assim, entra-se em um campo de manejo sobre as doenças (a segurança sobre as epidemias), de práticas de higienização (a manutenção das cidades) e de garantia da

sociedade (controle sobre a pobreza) (Foucault, 2008a). Aparecem diferenciações entre o público e o privado em que a salubridade, ou o estado de qualidade de vida, torna-se a base para as práticas governamentais, que vão desde vacinação em massa até novos parâmetros do que é saúde e doença, e do que é normal e aceitável. Assim, é preciso definir a melhor forma de governar a moral, a economia e a política – o governo de si, da família e do Estado (Foucault, 2007). Nos trâmites desses movimentos, os jovens, de guerreiros protetores da sociedade passam agora por todo um cuidado – seus corpos educados, sua sexualidade velada e sua conduta domesticada.

O governo sobre os corpos revela a aparição de uma nova tecnologia de poder, com novas técnicas de controle e regulação voltada para uma “população que aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (Foucault, 2007, p.289). Dessa forma, aos mecanismos que envolvem o sujeito jovem somam-se tecnologias que não excluem a disciplina, mas que vem somar-se a ela: uma segurança que vem regular a realidade, atuando no manejo do meio em que se encontra a população (Foucault, 2005). Essa segurança está ligada aos modos de produção, às regras de circulação das riquezas, ao mercado e à economia. Segurança que vem regulamentar tudo, buscando entender e mapear as relações de vida.

Vê-se, assim, um movimento nas formas de governo, no qual existe um alvo (população), uma forma de saber que lhe é dirigida (regimes de verdade) e instrumentos (procedimentos técnicos) que vão, por sua vez, ditar as regras do que pode, deve, segue etc. Isso pode ser elucidado no processo de constituição do sujeito jovem no momento em que se toma a produção do jovem infrator, por exemplo. Tem-se nesse sujeito uma população alvo de investimento; na sua medicalização, diagnóstico e julgamento, os discursos e saberes que o forjam; nas políticas públicas e medidas de segurança para a juventude criminal, os instrumentos técnicos que o regulamentam.

Essa regulamentação e normalização atuam não na ação direta, mas no detalhe, naquilo que circunda os sujeitos. Neste sentido, há uma tendência em buscar regularidades para o controle da vida, fazendo com que surjam sequências de problemas que produzam alertas sobre as formas de poder. É a questão do *caso – risco – perigo – crise* que se apresenta (Foucault, 2008a): casos referentes a algo que ameaça a população são identificados; um alerta sobre situações de risco é gerado para preparar a população; o alarme do perigo se potencializa, fazendo com que medidas precisem ser tomadas contra a ameaça iminente e, finalmente, a noção de crise é estabelecida. Veremos, a seguir, que a utilização desse jogo de segurança pode ser observado na fundação do Instituto e nas relações de poder que determinam qual população jovem o estabelecimento deveria conter: os ‘menores’ desvalidos.

Pesquisando sobre o nascimento do IMDAZ, encontro um artigo publicado no conhecido jornal *Diário Popular* da cidade de Pelotas (Piccinini, 2002), no qual foram recuperadas informações sobre as autoridades que colaboraram para a fundação da atual casa onde se localiza o Instituto. No referido texto, é informado que, dentre as célebres presenças que ajudaram o antigo Asilo de Meninos Desvalidos a se transformar no Instituto de Menores de Pelotas, destacam-se, além do bispo fundador, o juiz de Menores e o delegado da época. Era 1944 e essas figuras nomeavam tal instituição “com a finalidade de amparar e recuperar os menores *abandonados e desajustados* [grifo meu] do sexo masculino que não possuíam recursos”, conforme discorrido em documentos históricos do local.

Bispo, juiz e delegado: a salvação, a lei e a segurança. Essa trilogia vem determinar como o sujeito jovem deve ser e como deve se comportar nos limites do que é correto e aceito, ou seja, esse trio ajuda a sinalizar as diferentes curvas de normalidade da juventude. Sob a moral da Igreja, sob as regras da lei e sob a vigilância da polícia,

ocorre um processo de legitimação do sujeito jovem. Um movimento que transcorre desde a ‘descoberta’ daqueles considerados jovens ‘desviantes’ (caso), passando pelo alarme de que existe uma população criminosa juvenil (risco), chegando às estatísticas que comprovem os altos índices de criminalidade entre os jovens (perigo), até o estabelecimento de uma juventude que está fadada ao caos (crise). Esse processo aponta os caminhos para que o poder intervenha sobre essa população, sobre a vida em si.

Nas palavras de Foucault (Foucault, 2005, pp.297-298), esse poder é uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. (...) Uma tecnologia que é mesmo, em ambos os casos, tecnologia do corpo, mas, num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto. (...) Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado.

Se até agora ficou claro o que disse, compreende-se a *governamentalidade* como um processo de governar condutas, tanto o de si mesmo como de outros, possibilitado pelo surgimento do biopoder, sendo o biopoder a junção que ocorre das tecnologias disciplinares e biopolíticas. Nas palavras de Sibilía (2002, p.163), esse poder é “fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, cujo objetivo é produzir forças, fazê-las crescer, ordená-las e canalizá-las, em vez de barrá-las ou destruí-las”. O biopoder será aplicado no homem enquanto ser vivo, revelando uma preocupação relacionada à espécie humana e à população, o que passa a vigorar como problema político. Em prol da proteção e segurança dessa massa populacional, o Estado deixa a

vida humana exposta, investindo nela. Como Foucault (1988) nos fala, esse é um poder que se exerce no inverso daquele manifestado pelo soberano que, ao decretar a morte dos súditos, também exercia controle sobre a vida, mas no sentido de que se causava a morte e se deixava viver. O biopoder aparece para gerir a vida, fazendo viver e deixando morrer aqueles que põem em risco a consagração do futuro da espécie, o *continuum* biológico e a assunção da vida.

Portanto, vai se permitindo estabelecer um conjunto de práticas que se utilizam da lógica do evolucionismo, de que ou sobrevive o mais forte, ou se fortalecem os mais fracos: um direito que vem intervir “para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (Foucault, 2005, p.295), para que uma sociedade mais ‘sadia’ seja construída. Dessa forma, as intervenções sobre os sujeitos se justificam ao serem legitimadas normalizações sobre a vida e, embrenhando-se em meio aos mecanismos de poder agenciados para capturar os anormais e infames que surgem, o sujeito jovem vai se constituindo como vida a ser gerida. Tomam forma, assim, entre a disciplina e a regulamentação, entre o biopoder e a normalização, as engrenagens que constituem a *urgência histórica* para um dispositivo da juventude, o qual vai se agenciando através de um jogo calculado que se liga à proteção pública.

2.2 Pensando a juventude como dispositivo: entre a qualidade de vida e os direitos humanos

A fim de continuar nessa trilha, após breve investigação sobre a história de constituição do sujeito jovem e tentar mostrar que a criação da categoria *juventude* está ligada a práticas de governamentalidade, funcionando como um dispositivo, cabe fazer uma análise do que se entende por *dispositivo*. Para Foucault (2007, p.244), esse termo

demarca “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, que atravessa os sujeitos e os constituem. Assim, pensar a juventude como dispositivo é tomá-la como uma rede de práticas que vão nomeando e dando cor aos sujeitos, tecendo-os nas linhas da sociedade.

Entretanto, além de responder a um conjunto heterogêneo, o dispositivo deve apresentar uma urgência histórica e uma função estratégica entre suas práticas, discursivas ou não (Foucault, 2007). Ao apresentar a constituição do sujeito jovem nas tramas de práticas de institucionalização, foram delineados anteriormente os processos históricos e as mudanças nos modos de governo que deram condições de possibilidade para a urgência histórica da juventude. Conforme visto, essa urgência ocorre no momento em que a produção se torna a voga em pauta e a juventude é tomada como potência e possível alternativa para a promoção do crescimento urbano.

O governo que aparece conectado ao ressurgimento das cidades, à multiplicidade dos espaços e de seus cidadãos, vai gerar não um reinado sobre o território, mas um governo sobre o fluxo de vida. Nesse sentido, a sujeição dos jovens vai ocorrendo no nível da medicina, da educação, da administração e da produção: uma juventude que se vê como conjunto heterogêneo, a qual deve ser aproveitada no auge de sua saúde, capacidade e aptidão, gerando cidadãos úteis para a sociedade. Os jovens passam a ser instrumentos do progresso, vistos como achados funcionais para a manutenção das práticas de uma sociedade produtiva. Marcílio (2006, p.72) inclusive revela que os infantes abandonados e indesejados também entram na trama do utilitarismo, pois conforme crescem, “esses filhos da pátria deveriam prestar serviços a ela, serem ‘úteis à nação’”.

Esses detalhes nos mostram a segunda característica do dispositivo apresentada por Foucault (2007), sua *função estratégica*, que pode ser observada não só na objetificação do sujeito jovem, como também nos efeitos que ocorrem paralelamente a sua valorização, que saem do domínio determinado à juventude: na violência que vem associar-se a ela. Com o sujeito jovem sendo tomado como um problema social, passa a existir a necessidade de homogeneização, controle e regulamentação dessa população. Tais movimentos reguladores podem ser vistos na invenção de estatutos para dirigir os sujeitos que estão enquadrados na categoria juvenil, na criação de políticas de inclusão que coloquem os desviantes na bandeja do Estado, na produção de oficinas profissionalizantes que acabam servindo para a manutenção e governo de certos tipos de jovens. Em suma, em todas as ações sociais voltadas para essa população, que remetam regimes de verdade sobre o sujeito jovem, veremos a busca pela constante reconfiguração e envolvimento (no sentido de abarcar em um invólucro) dos excluídos.

Nos trâmites dessas modificações na função da juventude – entre a valoração de sua potência e considerá-la uma categoria periculosa – ocorre aquilo que Foucault (2007) atenta ser o *preenchimento estratégico* do dispositivo: quando acontece o momento em que o sujeito produz efeitos inesperados que devem ser transformados e aplicados. Ou seja, quando uma juventude, antes reverenciada como potencial positivo de produção passa a gerar linhas de resistência, diferentes técnicas e elementos normativos são criados para dar conta dos novos discursos que vão sendo constituídos. Sobre esse novo lugar que surge, atuarão novos procedimentos de captura, fazendo com que se estabeleça uma *reutilização* do dispositivo, o qual englobará uma nova rede que seguirá o fluxo proposto pelo mercado, ou seja, suas finalidades políticas e econômicas.

No caso da juventude, por exemplo, um novo campo vai sendo construído: ciências se ajustam para ‘compreender’ o novo jovem que aparece, a educação aprende

a lidar com os desviados (com a criação de classes especiais, por exemplo), a psicologia articula manuais atualizados para a nova ‘identidade juvenil’, o direito processa mais leis que envolvam o perfil do jovem, e assim por diante... Dessa forma, a juventude vai se colocando, então, como um tipo de formação que, além de regular uma massa populacional, vai apresentar práticas de subjetivação e tecnologias de governo que têm uma *função estratégica dominante* (Foucault, 2007). Isso significa que, não importa o quanto esse sujeito apareça diferente, ele vai ser engolido por algum saber, pois novas racionalidades surgirão para determinar modos de ser sujeito jovem. Assim fecha o movimento de gênese do dispositivo: no domínio de experiências que transformam os indivíduos em sujeitos.

Como mostrado anteriormente, no deslocamento dos modos de governo – da soberania ao biopoder – foi possível ver que a vida entra na história quando passa a vigorar a ambição por corpos lépidos, hábeis e vantajosos para o mercado. Dentro do quadro pintado pelo mundo pós-revolução industrial, vê-se o aparecimento de uma racionalidade capitalista que vai investir na qualidade de vida da população e que toma a juventude como o ponto alto da experiência do corpo. Como consequência disso, vemos jogos de interesses e práticas governamentais sendo agenciados para conjurar uma juventude idealizada, a qual se almeja como o auge da força e da utilidade corporal.

Isso põe à mesa a estatização da vida, um lugar em que as práticas de subjetivação se voltam para o campo de uma política da vida juvenil, cujos discursos envolvem uma juventude que é vista como um bem naturalizado. Sob esse viés, mais se esclarecem os motivos pelos quais não coloco adolescência e juventude no mesmo patamar, pois, enquanto a primeira é vista como uma fase pela qual todos os indivíduos devem passar, a segunda é tomada como um ideal, como uma condição a que todos têm

direito. Pode-se observar a transformação do sujeito jovem nessa propriedade de investimento para o bem comum de uma coletividade ao prestar atenção nos versos do hino do Instituto, onde se lê “Para a frente / Juventude / Futuro conquistar”.

Da mesma forma, é possível falar inclusive em *democratização da juventude* (Editora Abril, *Revista Veja*, 15 julho 2009), que vem se conectar diretamente com o caráter sagrado que a vida adquiriu, em que os discursos de qualidade de vida e de uma existência saudável, mais do que a manutenção da longevidade, tornam-se projetos de governo. O sujeito jovem vai, então, se despedaçando em migalhas a serviço de uma coletividade, uma vez que, em uma sociedade de consumo, a juventude passa a ser considerada um produto que funciona em termos de interesses. Entre consumir e ser consumida essa categoria vai se constituindo na voragem de uma lógica utilitarista. Por isso *dispositivo da juventude*: pois a vida do sujeito jovem deixa de ser somente dele e passa a pertencer à sociedade, como estado de espírito, como um produto a ser governado por todos, ao qual todos têm acesso.

Considerar a juventude dessa forma deve-se, conforme narra Foucault (2008b), à nova razão governamental que toma conta a partir do século XIX, e que nos abarca atualmente. Essa razão é aquela que visa o mercado, que expõe “um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o poder público, (...) entre direitos fundamentais e independência dos governados” (p.61). A propósito do mercado é dada a abertura a uma era em prol da liberdade, em cujas práticas observam-se o cuidado, a manutenção e a segurança sobre determinadas populações. Uma era em que o discurso da qualidade de vida aparece com força total, gerando, no cenário social, ações que promovam a quantificação e a qualificação dos sujeitos para o bem-estar da sociedade.

Portanto, compreende-se que a ideia da qualidade de vida liga-se a uma questão política – *biopolítica* – pois existe um esquema de consumo no qual os sujeitos passam a ser governados na medida em que interessa ao benefício de todos, ao bem comum da espécie. Há uma disciplinarização dos jovens pobres, considerados desviantes, para a vida, produzindo estratégias de governo que se colocam para a manipulação do grupo populacional juvenil. Transformando o que antes era questão do Estado, a sociedade capitalista passa a responsabilidade pela vida como encargo de todos e de cada um. Saindo do modelo falido de assistência, a salvação da vida é depositada no progresso da ciência – para achar respostas que justifiquem ou melhorem esses jovens do desvio –, no desenvolvimento das aptidões particulares dos indivíduos, nos discursos de inclusão e capacitação daqueles que não têm instrução, apontando movimentos de autorregulação, autocontrole e autovigilância dos sujeitos (Ortega, 2004). O Estado, nesse momento, não intervirá diretamente nos sujeitos jovens, mas na “república fenomenal dos interesses” (Foucault, 2008b, p.63) que movem a circulação e a aplicabilidade dessa população. Desse modo, a gestão da vida acontece ao garantir os direitos à liberdade dos indivíduos: liberdade para ser o máximo que podem ser e capitalizar, liberdade para aumentar o potencial vital e produzir, liberdade para consumir.

A ligação entre qualidade de vida e liberdade desenrola-se, então, no momento em que os indivíduos devem ser livres para usufruir e gerar suas vidas movimentando o mercado. Contudo, mais do que isso, a amarra entre ambas ocorre quando existe uma ordem ‘natural’ que diz que todos têm o direito de serem livres e que devem gozar plenamente desse direito, quando se tem um mandato que incumbe potencializar o desenvolvimento de cada ser humano. E é nesse ponto que se governa o sujeito livre:

nas ações que passam a mapear essa liberdade, as quais vão prevenir o modo como cada um dirige a sua vida na busca pela melhoria da qualidade de vida.

Nesses termos, para garantir a liberdade, é necessário proteger os indivíduos de possíveis danos à vida, assegurar os interesses individuais e coletivos, prevenir acidentes, fabricar seguros, atualizar campanhas relativas a epidemias, atentar para a onda de crime e caos iminente, entre outros. Isso vai marcando o surgimento de mecanismos de segurança para proteger a liberdade dos indivíduos; mecanismos que aparecem com o intuito de resguardar a população das ameaças cotidianas: “toda uma educação do perigo, (...) que poderíamos chamar de cultura política do perigo” (Foucault, 2008b, p.90).

Nos trâmites dessa “cultura do perigo”, a responsabilidade e o risco pela vida tornam-se visíveis em cada canto dos discursos cotidianos, nos avisos sobre o que é perigoso e o que é garantido, o que é saudável e o que é doentio, o que é promissor e o que é decadente. Assim, vai ocorrendo um jogo entre a manufatura e manutenção da liberdade e o desenvolvimento de novos aparatos de segurança, conjunto esse do qual a economia de interesses se alimenta. Os direitos humanos e as políticas públicas, por exemplo, podem ser compreendidos como esses mecanismos de segurança, pois eles surgem para garantir a liberdade dos indivíduos e, em sua trama, vão se construindo e organizando certas formas de gerir a vida livre: projetos sociais e campanhas públicas que são planejados para proteger e regulamentar os sujeitos.

Porém, se passam a existir efeitos contrários e destrutivos no seio dessa gestão da vida, novas práticas e técnicas produtoras da liberdade entram em ação, fazendo com que aquilo que potencializa o risco seja transformado em produção e alvo de procedimentos que pretendem reagir ao perigo. É o caso da vigilância sobre a juventude periculosa, sobre a qual recaem tecnologias e estratégias de segurança, movimentando

uma ordem de subjugação, na qual jovens infratores ou considerados deficientes (leia-se contraproducentes) caem nas malhas dos mecanismos de intervenção. Com isso, “[a] política se dissolve em políticas particulares que aspiram compensar as deficiências de um grupo biopolítico determinado” (Ortega, 2004, p.16). Resulta daí a variedade de políticas públicas para os mais diferentes grupos populacionais, dentre as quais encontramos as articulações com as práticas de institucionalização do sujeito jovem manifestadas no Instituto, como as oficinas profissionalizantes, geradas para capacitar aqueles que se encontram em situação de ‘vulnerabilidade social’.

Foucault (2008b) apresenta que esse quadro revela a produção de toda uma trama de saberes e poderes, ou seja, de relações de verdade que sustentam um sistema que corre na lógica da produtividade, e que tem como instrumento de governo o sujeito jovem e a articulação desse com a liberdade e o utilitarismo. Isso significa que há uma relação entre a busca da qualidade de vida, da perfeição, da prosperidade, com as estratégias de governamentalidade, as quais se colocam não entre a sociedade e a economia, mas em seus tecidos e profundezas. É a biopolítica que vai agindo nas microrrelações: nos indivíduos e em suas escolhas, na família e na vigilância dos lares, na população e em sua circulação. E é assim que vai se constituindo uma juventude naturalizada como bem comum a todos: “nas estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele” (Foucault, 2007, p.246). Por isso se fala em *democratização da juventude*, porque essa lógica não vale só para um grupo populacional, para os jovens, mas para algo que sai fora dessa categoria, para aquilo que é o dispositivo da juventude, que é colocado como espelho da nação, atravessando todos os sujeitos.

Tendo compreendido o que é pensar a juventude como dispositivo, pergunto-me como é possível visualizar esse dispositivo em sua trama e enquanto produz sujeitos. E

eis que as migalhas continuam apontando para a trilha das políticas públicas de juventude, sendo em suas ações que esse dispositivo articula-se com as práticas do IMDAZ. Entretanto, tendo visto que as políticas públicas de juventude são maneiras de garantir os direitos da população juvenil, compreende-se que só se pode pensar em suas práticas como estratégias de governamentalidade sobre o sujeito jovem no momento em que existe um sujeito de direitos sobre o qual intervir. Assim, torna-se imprescindível, para falar das práticas de institucionalização como formas de governo, abordar a questão dos direitos humanos.

Nesse contexto, os direitos humanos são vistos como estratégias de governamentalidade expondo a maneira que o Estado encontra para intervir na população. Sob o discurso de um sujeito de direitos, é possível novamente gerir a vida, proteger a sociedade, manejar a circulação dos indivíduos, entrar na família e nas práticas diárias e controlar seus sujeitos. Portanto, aqui estão atadas certas amarras nevrálgicas sobre os sujeitos: da qualidade de vida e garantia da liberdade aos direitos humanos, desses para as políticas públicas – esse é o jogo estratégico da juventude como dispositivo que atravessa e dissemina intervenções focadas no sujeito jovem.

2.3 Direitos Humanos e Políticas Públicas: o sujeito de direitos e a produção do sujeito jovem

Ao abordar a questão de um sujeito de direitos, vale ressaltar que as formas daquilo que se toma por direitos humanos vêm se apresentando na história muito antes de qualquer declaração universal ser conjugada. Pesquisando na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP, é possível notar o quanto a busca por direitos políticos fundamentais é antiga. Em seus acervos, encontra-se, inclusive, um documento datado

de 1780 a.C – o Código de Hamurabi – no qual se observam vestígios da criação de leis voltadas para o cuidado à vida. Esse código, instituído pelo fundador do primeiro império da Babilônia, já apresenta formulações referentes a uma legislação da vida, a uma manifestação de algo que se colocava como direitos inatos e comuns a todos (Egito, 1780 a.C). Com o passar do tempo, outros documentos – desde a *Magna Carta*, passando pelo Contrato Social de Rousseau, até a criação da ONU – vão pontuando o quanto essa questão dos direitos naturais vem atravessando a história da constituição do sujeito, fundamentando práticas governamentais, bem como regulamentando mecanismos de vigília sobre as populações.

Esclareço que, ao mencionar essas informações, minha intenção não é designar datas, mas indicar uma maquinaria de construção dos direitos humanos que serviram de pano de fundo para a existência das políticas públicas de juventude como conhecemos agora, assinalando o quanto transformações relacionadas à noção de um sujeito de direitos é possibilitada ao longo de acontecimentos no decorrer da história. Além disso, apresento tais dados a fim de visibilizar as heranças dessas constituições universais na criação de uma juventude que se toma como direito de todos, na constituição de um sujeito jovem imbricado nos imperativos políticos daquilo que se consome por cidadania. Portanto, ao resgatar códigos e regulamentações que tiveram papel decisivo nas declarações de direitos humanos, vou unindo as linhas que tecem as malhas constituintes de regimes de verdade sobre os sujeitos, que bordam o caráter das políticas públicas, ou seja, o momento em que as leis que regem os direitos dos indivíduos deixam de pertencer a um poder central e passam ao âmbito público, em que todos têm acesso (Foucault, 2007).

Sendo assim, continuando nas pegadas dos direitos humanos, Foucault (2008b) ressalta que a questão do direito no ocidente se liga diretamente à criação de leis que

vêm limitar as práticas governamentais de um Estado antes absoluto. O autor narra que o surgimento de um “direito constituído por essas leis fundamentais aparece assim fora da razão de Estado e como princípio dessa limitação” (Foucault, 2008b, pp.11-12). Continuando, ele explica que essas leis vieram para balizar os modos de governar em sua própria esfera, uma delimitação que veio para estabelecer se há abuso de governo. Como fronteiras que são impostas ao Estado, as leis fundamentais ditavam se um governo era incompetente, inadequado ou se governava em excesso. Entre os documentos que servem de testemunha para essas manifestações, destaco a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, de 1776, em cujas linhas observam-se as arquiteturas de uma lei sobre a vida e a estatização dos sujeitos. Em seus termos, profere o seguinte:

Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade como meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança (...) e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o bem público. (Estados Unidos, 1776).

Contudo, a partir da metade final do século XVIII, há uma transição na racionalidade dos modos de governar, como visto anteriormente, ocorre uma virada do direito soberano para o biopoder. O governo passa a moldar-se pelos direitos políticos, construindo-se sob dois pilares: o modelo de empresa como base constitutiva da sociedade e a economia mercantil de competição como molde para a reconstrução do

direito e das instâncias jurídicas. Isso significa que, para se tornarem governáveis, os sujeitos devem fazer parte de uma ordem econômico-jurídica, de um sistema no qual, tanto o direito quanto a economia passam a regular suas atividades (Foucault, 2008b). Nesse sentido, temos um Estado que não mais se organiza em função dos indivíduos, mas um Estado que governa em função da sociedade, do mercado social.

Como indicador dessa política, os movimentos que consagram os direitos sociais apontam em seus objetivos um domínio muito mais profundo do que a liberdade individual, passando a abarcar todos os fenômenos que envolvem os seres humanos: as relações de produção e trabalho, a educação e saúde, o lazer e a cultura, a previdência e segurança. Vemos nos ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade, fraternidade – os efeitos culminantes desses movimentos voltados aos direitos de liberdade da população. Conforme Coimbra (2001, p.141), esses ideais “tornaram-se, a partir do final do século XVIII, extensões dos chamados direitos humanos. (...) produzidos pelo capitalismo como um objeto natural tornaram-se sinônimos de direitos inalienáveis da essência do homem”.

Isso vai produzindo um campo de intervenção sobre os sujeitos que adquire características de total politização da vida, uma vez que toda e qualquer instituição apresenta-se governável pelo viés dos direitos humanos. Dessa forma, as práticas governamentais apresentam como principal função assegurar as condições para que as pessoas possam exercer seus direitos. Vai sendo gerada uma rede de consumo das liberdades que, por conseguinte, cria um circuito de decisões sobre a vida. Desse modo, uma criança constitui-se sob uma ordem de direitos que diz sobre quem ela é e do que ela deve ser protegida; os pais, por sua vez, têm direitos que os moldam e os certificam, bem como os estudantes e professores, os profissionais que exercem qualquer ocupação, e inclusive aqueles considerados ‘fora-da-lei’, todos vão apresentar seu próprio ‘livro de

regras’, a sua lei que dita a qual lugar pertencem no domínio social. Como consigna arrematadora que marca essa “política de sociedade” (Foucault, 2008b, pp.221-222), cito O Pacto das Nações de 1919, que surge assinalando o quanto os sujeitos passam a ser governados em função de leis que gerenciam a vida em sociedade.

É nesse horizonte que também a juventude vai sendo tomada como uma população que faz parte do âmbito jurídico. Para ser governado, o sujeito jovem passa agora a fazer parte de uma jurisdição e de um regime de direito: o jovem passa a ter seu estatuto, sua ordenação, sua prescrição no corpo legislativo, suas normas, direitos e deveres. Nesse sentido, a questão dos direitos humanos liga-se diretamente à biopolítica, em que:

o “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder (...). (Foucault, 1988, p.136).

Esses procedimentos e tecnologias incipientes, que incorporam os direitos da juventude, aparecem tendo como finalidade não o sujeito jovem e suas necessidades, mas as suas funcionalidades para a economia, legitimando uma nova geração: a dos futuros ‘homens de bem’. Como exemplo disso, pode-se pensar a transição do ‘menor ao cidadão’, na qual aqueles considerados à margem da sociedade, os delinquentes e abandonados – os excluídos – não mais eram marcados pela doutrina da situação irregular. Com a mudança dos parâmetros nos códigos infanto-juvenis, esses ‘menores’ passavam a fazer parte de novos aparatos, estando contidos em projetos de organizações filantrópicas, programas de inclusão e em funções sociais de universidades (questões que serão aprofundadas no capítulo seguinte). Esse cenário mostra que os desviantes

agora estavam incluídos nas leis, eram cidadãos: haviam recebido o diploma de preservação da vida, passando ao direito de ter direitos (Campos, 2007).

Da mesma forma, referente ao processo de criação do ECA, diz-se que, citando Nogueira (apud Campos, 2007)¹¹, “o estatuto é **produto** de uma grande **negociação** dentro do congresso nacional” (grifos meus). Pode-se ver, assim, o arranjo de um contrato vital entre direito e democracia, que vai promovendo um campo estratégico de manufatura da liberdade. Isso assinala, portanto, a fina camada existente entre o “equilíbrio do mercado e o regime do poder público” (Foucault, 2008b, p.61), ou seja, esses movimentos expõem as relações de governamentalidade que forjam o campo das políticas públicas.

No desenrolar desse esquema jurídico-político, vão sendo construídas prerrogativas fragmentadas sobre os sujeitos. Assim, aparecem particularidades nas legislações, que vão possibilitar o alicerce de várias categorias humanas, dentre as quais vai se encaixar a juventude (e dentro da qual, novas divisões serão produzidas: o jovem infrator, o jovem rural, o jovem protagonista social, entre outros). Demais exemplos de especificações nos direitos humanos podem ser vistos nas determinações ligadas a crianças, adolescentes, mulheres, idosos, doentes mentais, deficientes físicos etc. Referente a isso, Giacóia (2008, p.272) ressalta que, apesar de serem construídas mais categorias para abarcar as pessoas, tudo isso não passa de uma naturalização, de uma configuração que busca um sujeito de direitos universal. Em suas palavras:

Essa tendência progressiva da implementação dos direitos humanos, na linha da titularidade subjetiva dos mesmos, parte de uma especificação inicial abstrata,

¹¹ Cf. Campos (2007), Wanderlino Nogueira, ex-procurador da justiça do Estado da Bahia, que integrou o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ação Direitos Insurgentes (NUDIN) da Universidade Federal da Bahia, é consultor do Conselho Estadual dos Direitos da Criança do Ceará. Seu relato foi extraído do vídeo *De 'menor' a cidadão*, uma adaptação da monografia do licenciado em história e ex-conselheiro tutelar Valmir Gomes, no qual são abarcadas as mudanças sociais, jurídicas e institucionais que levaram às novas constituições referentes aos direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

do “homem” como “cidadão”, passando pelos sociais conferidos a determinadas categorias (...), para de novo retornar, na forma dos direitos de solidariedade, a uma titularidade universal.

Esses movimentos que falam da liberdade e as propostas para políticas públicas vão marcando a emergência dessa nova arte de governar, dessa função biopolítica, que atravessa o jovem sujeito de direitos transformando-o em uma população que se deve *administrar*. Dessa forma, os direitos humanos vão colocando a juventude na mesa das intervenções estatais, cujas malhas econômico-jurídicas fazem com que se movimentem as mais variadas políticas públicas voltadas para a população juvenil, ou seja, esse processo mostra a dinâmica que, conforme declarado de modo escancarado pelo Conselho Nacional de Juventude (Brasil, 2006, p.9), “**transforma em política de Estado a questão da juventude**” (grifos meus). Assim, ao pensar em políticas públicas de juventude, as tomo como expressão do jogo estratégico entre os direitos humanos e as relações de poder, como um campo institucional que vem reger o sujeito jovem dentro de uma ordem social regulada pela lógica da produção biopolítica.

Desse modo, no próximo capítulo serão problematizadas certas práticas de institucionalização apresentadas no IMDAZ, as quais podem ser compreendidas como estratégias de governo da população jovem e campo no qual se visibilizam os jogos de poder e as relações de força que mostram a juventude como dispositivo. Para tal, buscarei mostrar como esse dispositivo da juventude articula-se nas políticas públicas voltadas para o jovem (e para visibilizar com maior clareza isso, faço uso do Guia de Políticas Públicas de Juventude) para, então, expor o quanto essas políticas acabam promovendo, por conseguinte, certos efeitos sobre o sujeito jovem visibilizados nas práticas das oficinas adotadas pelo Instituto, as quais chamarei de *oficinas de gente*.

Primeiramente, o nome *oficinas de gente* foi criado para deixar clara a ideia de práticas que produzem sujeitos, ou seja, coloca-se no momento em que essas são tomadas como “processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (Foucault, 2007, p.182). Nesse sentido, o Guia de Políticas Públicas de Juventude também é entendido como um espaço discursivo que propõe modos de ser sujeito jovem, legitimando verdades e decretando regulamentações sobre a juventude.

Nota-se que tomam forma aqui duas materialidades discursivas, ou seja, o lugar onde os discursos se concretizam: as *oficinas de gente* e o Guia de Políticas Públicas de Juventude. Vale registrar que a utilização desses dois modos de objetivação do sujeito jovem tem importância no momento em que não considero nem um ou outro como ilhas de saber/poder, mas tomo-os como locais de aplicação de verdades que se atravessam e expõem os modos pelos quais os jovens são subjetivados. Assim, utilizo esses dois campos com a intenção de “captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos” (Foucault, 2007, p.183).

3. COMENDO AS PAREDES DA CASA DE DOCES



O Governo Federal inovou na concepção de política pública e passou a considerar a juventude como uma condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos.

Esta nova concepção de política pública de juventude é norteada por duas noções fundamentais: oportunidades e direitos. As ações e programas do Governo Federal buscam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens, para que eles possam resgatar a esperança e participar da construção da vida cidadã no Brasil.

(Brasil, 2006, p.7)

Subo as escadas de cimento do IMDAZ. A minha frente vejo uma longa porta, de madeira e cercada por um gradil; à direita, no cantinho da parede, encontra-se a campainha. As mãos têm de atravessar as grades para apertar o botão: soa o apito fraquinho e distante. O porteiro, sorridente e simpático, abre as portas, puxa o pino que tranca a grade e convida-me a entrar. É um salão grande e úmido, o pé direito deve ter mais de cinco metros. Nessa entrada principal existe um balcão de vidro com biscoitos, pães e doces feitos na instituição, estão à venda assim como as roupas ali manufaturadas, as quais ficam expostas à esquerda da entrada principal: uma lojinha

com os produtos artesanais feitos pelos jovens que frequentam o local e participam das oficinas profissionalizantes.

As paredes do salão estão recheadas de trabalhos da gurizada. Há um pôster enorme com a conhecida figura emblema do IMDAZ, e outros tantos pequenos que também decoram as paredes; nesses, aparecem datas de aniversário e fotos dos alunos destaques do mês, que são aqueles eleitos por apresentar melhor comportamento – os estudantes mais disciplinados e produtivos nas aulas de reforço escolar e nas oficinas. A porta em frente à lojinha pertence à diretoria e, ao seu redor, encontram-se quadros de todos os presidentes: começando com o fundador do Instituto de Menores até o atual mandato de João Francisco Neves da Silva – gestão 2007-2010 (conforme *folder* em Anexo II). Terminando a parede de figuras ilustres, segue mais uma porta, para o pátio de areia e vento.

À primeira vista, os olhos param na quadra de vôlei construída sobre chão batido e em uma figueira que protege um pequeno santuário da Virgem Maria, feito de pedrinhas de ladrilho e cacos coloridos. Logo à direita dessa árvore, encontra-se, em meio à grama, um campo de cimento com goleiras nas extremidades para os jogos de futebol. O capim, alto e contínuo, permanece até o ‘muro proibido’, conhecido como a parede de delimitação do Instituto e que, por ser envolta em densa mata, é escolhida por jovens casais para um namoro escondido. Por essa razão, esse local é vetado pela direção por incentivar comportamentos impudicos. Apesar de não estar presente em nenhuma escritura do Instituto¹², tal informação se faz presente nos discursos da diretora e dos demais educadores, como pude observar em conversas destas sobre os

¹² As informações apresentados neste capítulo sobre a estrutura do local, modo de funcionamento organizacional bem como dados da história do IMDAZ são o resultado de um composto de materiais heterogêneos ou de várias fontes (desde conversas com os jovens, corpo docente e demais funcionários do Instituto, fatos e movimentos observados pela pesquisadora, até notícias e eventos sucedidos em Pelotas) reunidos no decorrer do meu contato com a Instituição ao longo de 5 anos.

estudantes exemplares e os que costumam promover desordem (entre os quais frequentam o ‘muro proibido’).

Antes de voltar a atenção para o outro lado do pátio, passo o olhar por um ginásio fechado, onde antigamente a banda dos ‘menores’ ensaiava para os desfiles em feriados e datas festivas. Hoje, suas portas estão fechadas e caídas, e os instrumentos musicais guardados em armários encarquilhados. A seu lado, passando as gangorras e os balanços da pracinha para os pequenos, situam-se as portas do refeitório e, em seguida, a entrada da biblioteca nova, em cujas paredes encontram-se frases e desenhos coloridos, mandamentos de como se comportar na instituição e lições de cidadania. Ampliada após longas lutas e campanhas para arrecadar fundos, a biblioteca finalmente foi construída sob o patrocínio da C&A, que a nomeou ‘*Biblioteca Descobrimo Um Novo Mundo*’.

No mundo nem tão novo da instituição de 83 anos, as portas continuam e logo é possível ver a capela, o banheiro e as escadas para as salas de aula. A religião, a higiene e a disciplina lado a lado presentes na sua construção. A primeira impressão das salas de aula é uma contradição de sentimentos, entre a decadência das mesas podres, dos vidros quebrados e de vazamentos nas paredes das classes, há a solidez maciça de um local que batalha desde sua fundação para se manter erguido e continuar recebendo jovens “que se encontram em vulnerabilidade social” (*folder* do Instituto, 2004, s/p.).

Quanto ao funcionamento organizacional do IMDAZ, a disposição do corpo institucional é planejada hierarquicamente como em qualquer estabelecimento socioeducacional. Composto o corpo de mantenedores do Instituto, encontramos a seguinte formação: presidente (eleito através de um núcleo composto por membros da sociedade pelotense), diretora, assistente social, psicóloga, pedagoga e nutricionista. Como o corpo técnico de avaliação das atividades e parcerias desempenhadas pelo

local, temos: bibliotecária, coordenadores das oficinas, educadores responsáveis por dar aulas de reforço escolar, estagiários e/ou voluntários como os grupos que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes que integram o Instituto.

Desde o momento em que abre as portas até seu fechamento, às 17 horas, o local mantém a mesma rotina, sendo o turno da manhã o período das crianças e o turno da tarde ocupado pelos maiores de 12 anos. O sinal alto urge às 8 horas em ponto, a gurizada chega para o café, em que todos juntos agradecem a comida recebida a cada dia. Em seguida, um grupo se dirige às oficinas, outro às aulas de reforço e alguns outros se dividem entre a biblioteca e serviços de limpeza da Instituição (varrendo corredores, limpando os banheiros, ajudando em algum conserto etc.). À tarde, seguem os costumes. Após almoçarem, os adolescentes que chegam às 13 horas também são distribuídos em grupos, organizados entre aulas, trabalhos com estagiários ou voluntários, que ocasionalmente aparecem oferecendo alguma atividade extra (como oficina de violão, teatro, pesquisas com o WISC¹³), jogos de futebol com profissionais da educação física que vêm para treinar alguns meninos selecionados para campeonatos, serviços de manutenção¹⁴ do local e, finalmente, entre as oficinas.

São três andares de salas pelos quais se espalham as oficinas desenvolvidas pelo IMDAZ: garçom¹⁵, malharia, panificação e padaria, orientação em corte e costura, e marcenaria.

¹³ WISC-III, ou Escala de Inteligência Wechsler para Crianças, é um teste de inteligência que estima a capacidade intelectual e proporciona um perfil das habilidades cognitivas do sujeito. Utilizado em crianças e adolescentes de 6 a 16 anos, era aplicado por estudantes de Psicologia da UCPel nos jovens do IMDAZ, quando aqueles estavam cursando disciplinas de técnicas de exame psicométrico. Porém, vale ressaltar que a parceria do Instituto como local de estágio do curso de Psicologia terminou em 2006 devido às novas diretrizes curriculares que entraram em vigor.

¹⁴ Os serviços de limpeza e manutenção são coordenados por faxineiras do local, porém executados pelos jovens como forma de cuidar da Instituição da qual fazem uso.

¹⁵ Diferente das outras oficinas que têm suas salas pré-estabelecidas, a oficina de garçom acontece conforme disponibilidade dos ministrantes, usualmente donos de restaurantes e/ou pequenas empresas de *Bufê* contratadas para datas festivas, que fazem uso das salas de aula para o treinamento dos jovens.



São essas as *oficinas de gente* das quais falo, e pelas quais vou circular neste terceiro capítulo. Sendo o foco de problematização desta seção investigar *como as oficinas articulam-se com políticas públicas de juventude e quais efeitos disso na produção do sujeito jovem.*

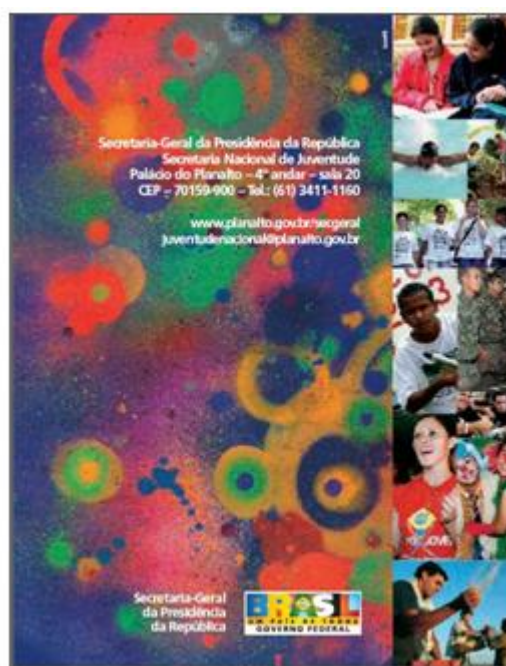
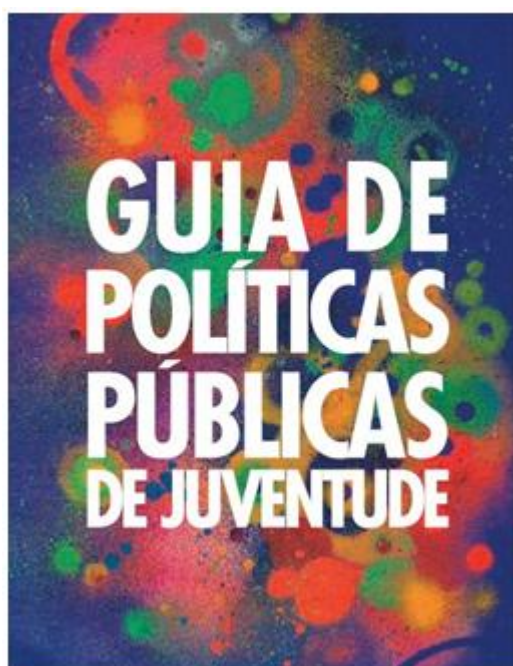
Tendo em mente que o Instituto realiza suas práticas em parceria com o Estado¹⁶, compreendo as oficinas como práticas de institucionalização que são agenciadas por todo o sistema que envolve as políticas governamentais. Sendo assim, ao esquadrihá-las e pensar nos efeitos que produzem sobre os jovens, é preciso trazer as condições oblíquas que as atravessam e constituem. Nesse sentido, buscarei mostrar como elas se articulam com determinados projetos apresentados no *Guia de Políticas Públicas da Juventude*, expondo-as como um campo no qual se visibilizam estratégias de governamentalidade sobre o sujeito jovem.

No que tange ao Guia, vale esclarecer que o utilizo por entendê-lo como uma arquitetura singular que traça certa composição de forças e saberes referentes ao sujeito jovem. Além disso, é possível visualizar como determinados projetos apresentados no Guia atravessam as oficinas desenvolvidas no IMDAZ, perpetuando formas de ser jovem. Sendo assim, torna-se essencial a clareza quanto ao uso desse material, revelando que não o tomo com o intuito de adequar ou reduzir as práticas

¹⁶ Na seção *Entrando na floresta* foram apresentados os programas que o IMDAZ mantém em convênio com o governo do Estado.

governamentais a codificações racionais, ao modo como os mecanismos burocráticos funcionam ou deixam de funcionar, mas como um espaço de problematização sobre o modo como o sujeito jovem é governado.

Da mesma forma que os aspectos físicos e organizacionais do IMDAZ, como mostrados anteriormente, produzem e legitimam determinados modos de ser jovem, nas linhas do Guia também são visibilizadas estratégias de governamentalidade sobre a população em questão. Construído pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e publicado com o objetivo de divulgar as principais ações e práticas voltadas para a juventude em âmbito federal, o documento apresenta um total de 19 programas “em desenvolvimento nas mais diferentes localidades do país, que têm o jovem como público-alvo prioritário” (Brasil, 2006, p.5). A intenção do Guia é tornar pública a gestão da população juvenil pelo Estado. Assim, entre fotos coloridas de jovens felizes (como mostra a figura abaixo) e a oferta de projetos voltados para a transformação do jovem em agente social, observam-se modos de governo que regulamentam e produzem o sujeito jovem.



A escolha em trazer as *oficinas de gente* e o Guia como as duas materialidades que utilizarei como campo de análise toma forma no momento em que ambas vêm servir como estratégia de governo sobre o sujeito jovem, nas quais se manifesta o conjunto de fios entrelaçados que envolve o dispositivo da juventude. Oficina e Guia, nesse sentido, são compreendidos como processos que estão interligados na produção do sujeito jovem. Além disso, na articulação entre esses dois campos é possível observar os atravessamentos entre as práticas disciplinares e os mecanismos de regulamentação da população juvenil. Para fazer a análise e articular oficina e Guia, farei uso de certos *marcadores* (Lasta, 2009) a fim de sinalizar, não categorias, mas traços inextrincáveis que aparecem em ambos os campos de análise e indicam o jogo de governamentalidade e da produção do sujeito jovem. Tais marcadores são os discursos de “oportunidades e direitos”, como aparecem na epígrafe deste capítulo, que tanto as oficinas quanto o Guia exaltam, apontando a produção de um sujeito jovem cidadão e útil à coletividade. Em outras palavras, a ideia é investigar o modo como os dois campos de análise promovem a construção do sujeito jovem *cidadão produtivo*.

Para tal, este capítulo está organizado em duas subseções. No primeiro, será abordado como a oficina e o Guia são articulados na objetivação do sujeito jovem, o qual vai sendo construído sob os discursos de “oportunidades e direitos”, instituindo modos de governar que circulam entre a ação de enquadrar os jovens e o controle da multiplicidade que abarca a juventude. No segundo momento, buscarei problematizar que efeitos a articulação entre ambos os campos apontam sobre o sujeito jovem na sociedade brasileira contemporânea, mais especificamente sobre os jovens do Instituto.

Porém, é importante deixar clara a minha posição revelando que o desejo não está em investigar se as práticas são corretas ou não, mas sim em apontar a que racionalidade elas recorrem. Não se trata, portanto, de ‘pichar’ ou ‘crucificar’ um

programa ou modos de fazer, mas sim de despertar um lugar de crítica, percorrendo a história dos discursos tropeçando pelos acontecimentos, atentando àquilo que nos escapa. Sendo assim, ao articular as oficinas postas em ação no IMDAZ com alguns programas apresentados no Guia, o faço com a finalidade de mostrar o quanto essas práticas fazem parte de um sistema de governamentalidade, refletindo a subjetivação do sujeito jovem. Assim, “comer as paredes da casa de doces” passa a significar esse exercício de olhar para os modos de objetivação do sujeito, para o seu processo de edificação e tentar enxergar aquilo que o vem constituindo, os pilares, tijolos e grãos que promovem o sustento para sua gênese.

3.1 As oficinas de gente e o Guia: objetivando o sujeito jovem

Antes de dar início a essa seção, cabe ressaltar a discussão desenvolvida no capítulo anterior sobre a virada nos modos de governo e o nascimento de uma *república de interesses* (Foucault, 2008b) que culmina na existência da racionalidade biopolítica, na qual se tem início uma conexão entre a busca pela melhora da qualidade de vida da população e a manufatura dos direitos humanos. Torna-se importante mencionar esse movimento da vida entrando na história, pois vemos que é no agenciamento entre essas duas noções – de qualidade de vida e direitos humanos – que as políticas públicas de juventude fundamentam-se, produzindo na população juvenil, principalmente no jovem que se encontra ‘desviado’, um discurso de ser útil à coletividade.

Na sociedade contemporânea,

(...) a “vida” se reduz à sua dimensão biológica, à satisfação das necessidades (geralmente induzidas, sempre incrementadas pela lógica do consumo), à sobrevivência dos indivíduos e da sociedade.

Pense-se no que significa para nós “qualidade de vida” ou “nível de vida”: nada mais que a posse de uma série de cacarecos para uso e desfrute. Nestas condições, é claro que a mediação entre o conhecimento e a vida não é outra coisa que a apropriação utilitária, a utilidade que se nos apresenta como “conhecimento” para as necessidades que se nos dão como “vida” e que são completamente indistintas das necessidades do Capital e do Estado. (Larrosa, 2002, p.27)

É essa racionalidade capitalista, essa lógica de produção e distribuição, que permeiam a criação das oficinas desenvolvidas no Instituto como lugares que devem promover a transformação dos seus jovens em sujeitos *para* a sociedade. Compreendendo isso, as intervenções governamentais vão operar sobre aquilo que dá subsídios para uma economia de mercado, não necessariamente uma rede monetária, mas tudo o que a mobiliza. Os aparatos biopolíticos agirão, então, na moldura da sociedade, ou seja, na sua população, nas técnicas que potencializam os sujeitos, no clima, na educação (Foucault, 2008b). Essa última aparece em maior destaque, pois em sua esfera o controle social acontece de forma massiva e intensa.

Ramos do Ó (2006) apresenta as instituições socioeducacionais como *terrenos disciplinares da alma*, tomando-as como lugares que buscam expor e manipular os sujeitos ali apreendidos. O autor relata que a ciência da educação começou justificando-se sob o ideal de racionalização da vida, “como a operação capaz de levar as crianças e os jovens a incorporar as regras sociais pela via da inteligência e do conhecimento racional” (p.130). Digo isso pois essa é a lógica que envolve o discurso da diversidade apresentado na rede discursiva das oficinas profissionalizantes do Instituto e nos projetos oferecidos no Guia.

A questão da diversidade aparece nesses dois campos com o intuito de responder à necessidade individual de cada jovem, fazendo insurgir, nas políticas públicas e nos programas voltados para a população juvenil, um discurso de que todos podem encaixar-se, de um modo ou de outro, numa heterogeneidade que tudo abarca. Dito de outra forma, ao enunciar a juventude sob o enfoque da multiplicidade, aquilo que é considerado diferente acaba sendo capturado no momento em que existe uma variedade de casos particulares. Tendo em vista tal lógica, aquele que é excluído da sociedade é tomado incessantemente por poderes e saberes que o definirão. Para elucidar isso no contexto desta pesquisa, se o sujeito jovem sai da racionalidade padrão e desejada, e se apresenta infrator ou incapaz, por exemplo, sobre ele são geradas novas estratégias que vão incluí-lo e determiná-lo: práticas médicas o prescrevem, as psicológicas o testam e diagnosticam, as jurídicas o normatizam. Assim, sob o discurso da diversidade, as diferenças não são respeitadas, mas manejadas em um sistema no qual a vida vai sendo quantificada e, para abarcar seus desvios, o número de políticas públicas existentes vai aumentando.

Com relação a isso, Cruz e Guareschi (2009) trazem a ideia de que as políticas públicas referem-se não somente a um domínio estatal, mas a uma *comunidade de interesses*. Isso significa dizer que, apesar de apresentarem distintos modelos e abordagens em sua atuação (discurso da diversidade), as políticas públicas de juventude mostram-se formas de gerir o sujeito jovem, legitimando uma racionalidade que aponta um movimento biopolítico, no qual a utilização do potencial humano volta-se para a vantagem estatal. Nesse sentido, vamos enxergando uma malha que absorve a vida do sujeito jovem. Uma trama que coloca as políticas públicas produzindo e sendo produzidas por práticas de institucionalização, por concepções que se tem sobre a juventude pobre e, inclusive, pelos sujeitos jovens que se tornam seus objetos de

investimento e intervenção. Sposito e Carrano (2003) expõem que para intervir na população em questão, essas políticas de juventude passam a ajeitar práticas que promovem o desenvolvimento de capacidades e competências do jovem, bem como a sua inserção como projeto do governo do Estado.

Capacitação, competência e inclusão. Essa tríade tem acompanhado as políticas públicas de juventude desde seus primeiros esboços e emerge com toda sua potência nas frestas de certos projetos dispostos pelo Guia e nas célebres palavras proferidas pelo jurista orador do discurso oficial de inauguração do Instituto, Dr. Alcides de Mendonça Lima:

Pela magia das virtudes que presidiram a criação dêste Instituto e que se mantêm, sem mácula, na sua evolução, rememoramos, contritos e angustiados, o desfilar daquelas tristes caravanas de adolescentes que aqui aportam, sem norte, sem amparo, sem luzes, sem aptidões, anônimos e ignorados, como sobras que correnteza carrega para lugares desconhecidos, na sua faina devastadora, quando a salvação é mero acidente do acaso ou da fatalidade. E sob o mesmo influxo, mas comovidos e ufanos, na ante-visão prodigiosa do futuro, assistimos ao transitar de gerações, por decênios e decênios vindouros, de homens úteis, com sua formação profissional assegurada, seu caráter burilado, imbuidos dos propósitos de serem dignos, com um “lugar ao sol”, no meio da turbilhão social. (Discurso oficial, 1959, pp.2-3)

Nessa citação, pode-se ver que o propósito de criação das oficinas configura-se sob o ideal de purificação daqueles considerados fardos. Uma luta social na qual existem inimigos internos que devem ser ‘trabalhados e aprimorados’ para o bem-estar da sociedade. Isso fica claro quando Peruzzo (1997), após reunir vários fragmentos de antigos relatórios do IMDAZ, nos revela que o conjunto de oficinas também era referido

como “parque de artesanato” (p.68). Compreende-se que essas eram assim chamadas, pois os mestres desses locais deveriam moldar e adestrar seus sujeitos como artífices que transformam a madeira maciça e tosca em peças artesanais valorativas. Por essa razão as nomeio *oficinas de gente*, pois elas remetem a um movimento de transformação dos jovens ‘menores’ em agentes dignos, sujeitos de bem. Observa-se, dessa forma, que em cada oficina desenvolvida há um mandato sobre o jovem: o de que este já nasce falho – “sem luzes, sem aptidões” (Discurso oficial, 1959, p.2) – devendo se capacitar para ser alguém na vida. Afinal, “[o] trabalho não é, apenas, a fonte de riquezas materiais. É o elo que une todos os indivíduos, é o prêmio às aptidões, é a diferença entre os homens e os irracionais.” (p.5).

Esse *parque de artesanato*, conforme a autora se refere, liga-se diretamente à definição da terminologia ‘oficina’ prestada no dicionário Michaelis (Melhoramentos, 2009). Esse apresenta os seguintes significados: “1. Lugar onde se exerce um ofício. 2. Laboratório. 3. Lugar onde trabalham os oficiais e aprendizes de algum ofício ou arte. 4. Casa ou local onde funciona o maquinismo de uma fábrica (...)”. Tomando as oficinas desenvolvidas no Instituto a partir dessas quatro configurações, pode-se pensar nos sentidos atribuídos à palavra para problematizar o modo como tais práticas objetivam os jovens. Lugar de ofício, lugar de experiência, lugar de artesãos, lugar de manufatura: capacitação, exame, modelagem e produção dos corpos juvenis. Esses lugares podem ser visibilizados em cada oficina desenvolvida pelo Instituto.



Começo pela mais nova: a oficina de garçom. Com menos de 5 anos de existência, essa oficina teve seu início em forma de cursos que se realizavam ocasionalmente. A proposta de transformá-la em projeto permanente surge com a intenção de preparar os jovens na ‘arte de servir’, proporcionando-lhes um novo ofício que disponibilizasse novas chances no mercado de trabalho, como um lugar de capacitação que colocasse os jovens em “um lugar ao sol” (Discurso oficial, 1959, p.3), transformando-os de indivíduos desclassificados a sujeitos normais, cidadãos.



As oficinas de malharia e orientação em corte e costura, além de produzir e trabalhar na manutenção dos uniformes que servem como o vestuário oficial dos jovens do Instituto em apresentações ou passeios, tem como objetivo mostrar a qualidade do trabalho aprendido no local. Tendo grande repercussão na sociedade pelotense, as peças criadas na oficina são expostas na Feira Nacional do Doce (FENADOCE), que acontece anualmente em Pelotas. Além disso, através da malharia, o IMDAZ mantém uma parceria com o CETRES (Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade), vinculado à UCPel, em que idosas ensinam às adolescentes certas técnicas quanto ao manejo dos vários tipos de fibra têxtil. A oficina como lugar de exame manifesta-se aqui através da

cobrança imposta aos jovens referente aos produtos que devem apresentar, e, a cada ano de exposição, existe um mandato que lhes inscreve a superação de seus feitos passados.



Similar à oficina de malharia, os produtos da panificação e padaria são vendidos em exposições culturais e feiras culinárias. Entretanto, a principal finalidade da oficina é a produção do que será consumido no dia-a-dia da Instituição: o pão para cada refeição, bem como bolos e merendas para os intervalos. Além disso, o discurso dos educadores sobre a prática desenvolvida nessa oficina é o de habilitar os jovens para a lide exigida em suas vidas, uma vez que a maioria se encontra em ‘situação de vulnerabilidade’, devendo se disciplinar para o trabalho a fim de garantirem seu futuro fazendo parte do grupo dos que ‘são alguém na vida’.



A oficina de marcenaria tem como objetivo o aprendizado prático e a transformação da madeira rústica em perfeitos móveis e peças utilitárias. Essa oficina teve especial destaque na sociedade pelotense, pois foi através dela que a Rádio Universitária e a Faculdade de Medicina ganharam mobília nova, conforme apresentado no relatório das atividades do Instituto, datado de 1966 (apud Peruzzo, 1997). Neste mesmo documento, aparece um mandato que ainda se faz presente nos discursos dos mantenedores do Instituto atualmente, o de que “a aprendizagem industrial é um fator

de grande importância na recuperação do menor, como também de interesse, pois prepara o aluno à independência econômica para um futuro próximo” (p.70). Assim, configura-se o lugar de manufatura e produção, não só da madeira, mas do sujeito jovem lapidado como corpo produtivo.

É sob essa racionalidade de transformação do sujeito jovem como corpo útil à sociedade que também o Guia de Políticas Públicas de Juventude é concebido. Em suas primeiras linhas, o documento começa marcando a existência de juventudes singulares, ostentando uma fala que marca certa abordagem multifacetada sobre a população jovem, tomando-a a partir de olhares heterogêneos, para a qual não se enquadraria um modelo comum a todos os sujeitos. Porém, logo a seguir, o Guia traz em seu discurso a notícia de que a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) fez um levantamento e “diagnóstico da situação dos jovens brasileiros” (Brasil, 2006, p.5), colocando por água a baixo o discurso pluralizado de antes e revelando um mandato de que a população juvenil parte da mesma demanda referida no discurso do IMDAZ: jovens sem oportunidades na vida. Conforme apresentado no Guia, essa secretaria, resultado do encontro de um grupo interministerial realizado em 2004, foi criada a fim de pesquisar os atuais desafios do Governo Federal em relação à juventude brasileira, bem como para desenvolver programas para superá-los. Nas palavras do secretário Nacional de Juventude, Beto Cury (Spínola, 2006, s/p):

Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, o Brasil supera a visão de política emergencial voltada apenas para jovens em situação de risco. Nós trabalhamos com os conceitos de *oportunidade e protagonismo*. Temos que construir oportunidades de inclusão social dos jovens e possibilitar a sua participação nos espaços de cidadania. (grifos meus).

Apesar de em ambos os campos estar presente um discurso voltado para a busca da diversidade, do respeito ao potencial individual de cada jovem, suas ações estão carregadas de uma racionalidade totalizadora e subjetivante. Isso é visibilizado nas práticas das oficinas e nos discursos do Guia quando esses colocam seu enfoque sobre uma juventude vista como problema social, cujos jovens precisam da manutenção e administração para serem potencializados como protagonistas no desenvolvimento do país. Ao observar a citação do Instituto mencionada anteriormente, nota-se a busca pela transformação do jovem-problema, jovem-falho, em “homens úteis, com sua formação profissional assegurada, seu caráter burilado, imbuidos dos propósitos de serem dignos” (Discurso oficial, 1959, p.3). Do mesmo modo, tal lógica aparece no Guia quando esse afirma que a prioridade das políticas públicas para jovens seria dar oportunidades para produzir jovens capazes, oportunizar acesso para utilizar o potencial de cada um e garantir direitos para que os sujeitos consigam aproveitar as oportunidades do mercado (Brasil, 2006).

3.1.1 O marcador ‘oportunidades’: o jovem produtivo

Conforme visto na rede discursiva que se articula entre as *oficinas de gente* e o Guia, a questão das ‘oportunidades’ coloca-se firmemente pontuando modos de ser jovem. Considerando que esse sujeito passa a ser objetivado a partir das práticas discursivas que o atravessam, torna-se clara a instituição de um sujeito jovem produtivo, que deve saber aproveitar as oportunidades que lhe são fornecidas (desde o trabalho virtuoso de uma oficina até programas que o Estado oferece) e reproduzir a condição de indivíduo politicamente correto, dócil e útil. Essa é a sujeição produzida pelo discurso da oportunidade.

No Guia, é possível visibilizar esse marcador desde seu primeiro projeto: o Projeto Agente Jovem, o qual tem sua atenção voltada para a inserção do jovem no mercado de trabalho, com o intuito de “prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento da comunidade” (Brasil, 2006, p.13). Dando prioridade para quem já passou por programas sociais ou que esteja cumprindo programas de liberdade assistida e/ou medidas socioeducativas, esse projeto mostra o movimento dos ‘desviantes’ sendo enlaçados nas relações de poder que envolvem a constituição do sujeito jovem produtivo. Assim disposto, observo outro programa apresentado no Guia. Como forma de controlar os jovens, o programa Escola Aberta apresenta a ideia do ‘ócio criativo’, o que significa dizer que as escolas ampliam seus turnos proporcionando atividades e rendimento também nos finais de semana por meio de realização de oficinas.

Com essa ideia, as estratégias de governamentalidade colocam-se sobre os jovens através do imperativo do trabalho, tomando-os como um grupo que deve produzir para alcançar seus objetivos. Como um reforço positivo, há a bolsa/pagamento àqueles que ministram oficinas, os que já se mostram produtores e agentes na sociedade. Tal modelo afirma que o sujeito jovem passa a ser considerado não somente como um grupo que deve ser administrado, mas sob o viés de uma população que se inscreve como empresa e que deve ser gerenciada para a melhor capacitação e rendimento. Sob esse discurso, o sujeito jovem passa a constituir-se como uma população que, nas palavras de Foucault (2008b, p.284), representa “uma perpétua reserva de mão-de-obra que se poderá utilizar, se necessário, mas se poderá mandar de volta ao seu estatuto de assistida, se necessário também”.

Igualmente envolvendo o setor produtivo, e tomando a população sob o viés de empresa, o Programa Escola de Fábrica busca o treinamento e gestão dos jovens, e

conta com a parceria de corporações, ONGs, fundações, prefeituras etc. Um detalhe marcante, que aparece neste momento no Guia, são os cursos direcionados às “vocações de cada região”. O que isso pode significar? Que há um jogo estratégico funcionando, cujas regras são ditadas nos moldes empresariais, ou seja, o talento de cada região tem a ver com o perfil biopolítico demandado pelas relações de produção que seus locais apresentam. Assim, vamos encontrar projetos que envolvam a agricultura onde se encontram grupos populacionais que possam ter sua força produtiva disciplinada e aproveitada para tal. Do mesmo modo, essa rede de modulação dos sujeitos define o trabalho marcado em perfil: é a sociedade que vigora sob o modelo capitalista.

No Instituto, o advento desse sistema de produtividade aparece nas parcerias das oficinas com diferentes corporações. Em recente integração com a UCPel e sua Capelania, estagiários do curso de Tecnologia em Design de Moda uniram-se ao Instituto com o objetivo de ensinar jovens e familiares a criarem figurinos inovadores conforme as regras da moda. De acordo com o relato do capelão da universidade, João Batista Storck: “Isso é resultado de uma unidade e o desejo de construir um mundo melhor para as pessoas. É possível construir a cidadania e a dignidade” (UCPel, 2009, s/p.).

Assim também é formatado o convênio do Instituto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que proporciona um estágio de dez meses como *office boy* aos jovens que apresentem bom comportamento. Caso bem sucedidos, esses jovens podem ter um emprego e, quem sabe, conseguir garantir seus futuros como cidadãos exemplares que a sociedade pelotense pode ter orgulho de exaltar: “homens úteis (...) com um lugar ao sol” (Discurso oficial, 1959, p.3). Compreende-se, assim, que essas práticas apontam uma lógica do resgate à cidadania através do ideal de uma juventude empreendedora, que se articula com os seguintes projetos dentro das políticas

de juventude: Programa Escola de Fábrica e Estímulo ao Primeiro Emprego. Nesses, observa-se a incorporação de uma lógica produtiva que toma o sujeito jovem sob o viés de empresa, buscando o seu treinamento e gestão em parceria de corporações.

No encontro entre as políticas públicas de juventude apresentadas no Guia e as *oficinas de gente* desenvolvidas no Instituto há a produção de um regime de verdades sobre o sujeito jovem, que vai sendo moldado como devedor na sociedade de consumo – em dívida com as competências que deve aperfeiçoar. Através do discurso do ‘protagonismo juvenil’, do jovem empreendedor que sabe aproveitar as oportunidades do mercado, vamos observando as regulamentações de um novo sujeito jovem que passa a ser objetivado conforme sua capitalização individual.

3.1.2 O marcador “direitos”: o sujeito jovem cidadão

O discurso do sujeito jovem produtivo, que busca ter “acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra” (Brasil, 2006, p.7), está sincronizado diretamente com a questão do sujeito de direitos. Como discutido no capítulo anterior, somente na existência de um sujeito livre, apto a fazer uso de seus direitos e necessidades, que se pode ter um arranjo de produção da cidadania, da liberdade. Em outras palavras, o segundo marcador apontado tem sua importância no momento em que, ao existirem jovens cidadãos ao invés de ‘menores’, ao existir um campo de direitos da juventude, abre-se uma gama de possibilidades para a intervenção sobre essa população, na administração dessa categoria.

Rose (1999) aborda a questão do sujeito cidadão mostrando como aquilo que se toma por cidadania coloca-se como uma produção histórico-social que aparece como uma nova maneira de controlar a população, uma regulação moral que se apresenta para

dizer como os indivíduos devem se governar. O autor revela que, ao se tornar cidadão, o sujeito jovem passa a fazer parte de um jogo de igualdade que o coloca como membro integral da comunidade. Nesse sentido, as políticas públicas podem fazer uso da cidadania para requerer moralidades e habilidades do sujeito jovem. Nas palavras de Rose, as iniciativas que aludem uma preocupação pela juventude – as oficinas que pretendem propor maneiras de capacitar o jovem pobre ou os projetos do governo que objetivam incluir a juventude no campo social – “colocam-se, na verdade, como pânico moral: repetitivos e previsíveis eventos sociais nos quais certas pessoas ou fenômenos representam um campo de ansiedades sociais que diz respeito a ameaças à ordem estabelecida e aos valores tradicionais” (p.125). Dito de outra forma, as intervenções preventivas como as *oficinas de gente* e programas dispostos no Guia, que buscam a formação dos ‘futuros homens de bem’, constituem, sob essa ótica, novas tentativas de conter e governar os desviantes.

Referente a isso, é possível dizer que essa é a racionalidade que corre nos princípios do *slogan* “Gente que faz”. Para quem não lembra, essa mensagem refere-se a um programa do banco Bamerindus (SINPRORP, 1992), desenvolvido no início dos anos 1990, o qual mostrava reportagens de pessoas ‘comuns’ que conseguiram ‘ser alguém na vida’. Nota-se que o surgimento desse programa ocorre exatamente na mesma época em que se fala da criação de um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no momento em que os jovens excluídos estavam sendo legalizados e naturalizados como sujeitos de direitos.

O programa em questão começava com o anúncio “O Brasil se faz com *gente que faz*” e trazia a ideia de que qualquer um teria a capacidade para superar suas dificuldades, potencializar pequenas empresas e conquistar o progresso. Em pouco tempo, foi gerado um sistema de distribuição de “Gente que faz”, no qual escolas,

instituições socioeducativas, casas de cultura, cursos de administração, entre outros, passam a receber gratuitamente fitas com o programa. A fórmula para o sucesso, doutrina para transformar indivíduos falhos em sujeitos de investimento era lançada. Isso resulta em um movimento que conduziu

(...) à figura de um herói brasileiro quase desconhecido, porém muito autêntico e verdadeiro: uma pessoa que um dia sonhou com a prosperidade – como qualquer um – mas que soube fazer o que era necessário para chegar lá, colhendo os benefícios e beneficiando milhares de outras pessoas. (SINPRORP, 1992, s/p.).

A razão de falar sobre tal programa deve-se à influência que o discurso “Gente que faz”, tendo conquistado lugar cativo na sociedade brasileira, produz nas práticas do IMDAZ. Esse movimento perpetua até hoje os modos de ser dos jovens do Instituto, quando lhes é impugnada a ideia de que se eles não conseguirem ser alguém na vida é devido a suas próprias escolhas. Mais do que isso, os propósitos do programa – explorar o lado empreendedor dos sujeitos, mostrar suas dificuldades e a forma criativa como as superou (SINPRORP, 1992, s/p.) – atrelam-se a estratégias biopolíticas no momento em que os jovens passam a fazer parte de um jogo de verdades que vem regulamentando a existência do sujeito jovem como cidadão. Nesse contexto, o cidadão é mais do que o sujeito de direitos que surge com a Constituição de 88 e com a criação do ECA, ele é o ‘futuro homem de bem’ que tem por obrigação a manutenção da sociedade. Dessa forma, as *oficinas de gente* e o Guia são entendidos como campos de produção de sujeitos que vendem o ideal do *Jovem que faz*. Medindo, qualificando e distribuindo normalizações, os discursos promovidos na articulação entre ambos representam um dos efeitos da sociedade indexada nessa arte de governar que enquadra os sujeitos nos moldes de empresa.

3.2 A produção do sujeito *jovem cidadão produtivo*

Tendo compreendido que os discursos de *oportunidades* e *direitos* voltados para a população juvenil são tomados como um conjunto estratégico de regulamentações que vem determinar campos de domínio sobre os sujeitos jovens, passo para o segundo momento deste capítulo, no qual discutirei os efeitos desse processo de objetivação observado na rede discursiva das *oficinas de gente* e dos programas apresentados no Guia. Considerando que o sujeito jovem, nesse jogo de governamentalidade, só tem uma realidade histórica a partir de uma construção econômico-institucional, observa-se que a sua constituição vem ocorrendo no cerne de um paradoxo vital, que os vêm enquadrando tanto em uma lógica promissora quanto desigual.

Promissora, porque são abertas novas propostas aos indivíduos, possibilitando-lhes se colocarem em outros lugares: quando aos analfabetos é dada a chance de aprender a escrever e a ler, quando se viabilizam novas infraestruturas a terras ermas, quando novas possibilidades de emprego são abertas, entre outras. Porém, desigual, pois conforme analisa Foucault (2008b), a regulação da sociedade só pode ser feita no momento em que existem efeitos díspares para serem trabalhados, ou seja, o jogo econômico não tem poder no equilíbrio, o consumo não é mobilizado se simplesmente todos residem no mesmo patamar. O segredo dessa sociedade consiste, assim, na desvantagem entre determinados grupos populacionais e outros, sendo na produção e regulação das oscilações que o governo dos sujeitos vai acontecendo: “é esse, sem dúvida, o elemento mais importante – que se tenha de reintroduzir uma distorção entre os pobres e os outros, os assistidos e os não-assistidos” (p.280).

Nesse palco, o lugar tomado pelo jovem é aquele em que se exige dele uma potência de ser mais do que se é, ao mesmo tempo em que se apontam as faltas da

produção do seu ser, daquilo que ele não consegue dar conta. Nesse sentido, a juventude é marcada por um paradoxo biopolítico, entre a falta e a potência, pois no momento em que existe um mandato contemporâneo que exige dos sujeitos a busca incessante pela felicidade, o almejo pela qualidade de vida, o dever de alcançar sucesso individual, a ânsia por objetivos intermináveis, ao sujeito jovem lhe é imposto um lugar pré-determinado de endividamento e competição: uma armadilha de invenção permanente, da qual ele deve escapar (e pela qual ele é capturado) adotando a racionalidade de ser mais do que se é.

Afinal, como apontam os versos finais do discurso oficial do Instituto:

Nesta casa [o Instituto, as políticas públicas, a sociedade, a história...], um grupo de devotados dirigentes e de cultos mestres enfrentam o problema em suas origens. Como artistas pacientes e sem outro interêsse que não seja o prêmio da própria obra artística, vão moldando os caracteres, estimulando virtudes, aperfeiçoando capacidades, aproveitando aptidões, destruindo arestas, forjando, enfim mentalidades que possam, amanhã, na maturidade, contribuir, sem rancores e sem malquerenças, para que a Pátria brasileira seja sempre manancial inesgotável de paz, de amor e de fraternidade. (Discurso Oficial, 1959, p.8).

Essa citação nos faz ver que os discursos de *oportunidades* e *direitos* voltam-se para a condução de uma população que se objetiva estruturar, apontando o quanto a articulação entre as oficinas e o Guia propõe modos de existência e domínios que apontam para a produção do *sujeito jovem cidadão produtivo*: aquele que deve ser apto, ter suas capacidades aprimoradas e ser um agente que trabalhe em prol do crescimento do país. São as práticas de institucionalização da juventude que vêm produzir um instituído de conduta sobre o sujeito jovem: “técnicas de governo que atuam sobre essas almas anônimas, em meio a tecnologias de normalização, saberes e status dos *experts*

que vão classificar os indivíduos tidos como ‘livres’ em um campo estratégico que os governam.” (Rose, 2001, p.40).

Tomando o discurso de promoção das oportunidades e construção de um sujeito de direitos como formas de governo que regulamentam os sujeitos, apresento os efeitos dessa rede discursiva a partir de outra prática desenvolvida no Instituto, uma oficina realizada através de um estágio desenvolvido em 2005 pelo curso de Psicologia da UCPel. A estudante responsável por essa oficina é a pesquisadora, autora deste estudo, que, ao chegar na Instituição, intrigada e ansiando mudar o mundo, propôs um projeto de oficina (Anexo IV) que apresentava, entre seus objetivos, o seguinte: “propiciar um exercício de busca (e/ou ampliação) de metas, desejos e sonhos; problematizar perspectivas para o futuro explorando as opções e a capacidade do grupo de construir ou reconstruir seus projetos” (Projeto de oficina, 2005, p.2).

É possível ver igualmente, nesse projeto, os discursos *oportunidades e direitos* constituindo e proporcionando meios para a Psicologia utilizá-los como estratégia de intervenção sobre o sujeito jovem. Isso é visibilizado nos objetivos referidos anteriormente quando é imposto aos jovens o mandato de ampliar metas e incitar a *reconstrução* de seus projetos para um futuro de vida. Aprisionada nessa ciência individualizante que me cativara, descubro, ao analisar agora o plano de estágio, o quanto perpetuei em minhas práticas o ideal do *jovem cidadão produtivo*, canalizando o trabalho desenvolvido para a melhor capacitação possível dos participantes da oficina, nomeada, como não podia ser diferente, de “Preparação para o mercado de trabalho”.

A oficina em questão permaneceu pelo tempo de dois semestres, tendo como um dos efeitos a produção de um filme chamado “Caminhando frente à periferia”. O filme conta a história de jovens moradores de uma favela que, apesar de suas vidas infames, conseguem batalhar e produzirem-se como sujeitos cidadãos de bem. No

detalhe da última cena, os personagens se unem para abrir um Instituto de ajuda a crianças de rua, onde o protagonista principal termina o filme contando a seguinte história:

A minha família: “Eu vou conta um fato que aconteceu na minha família. Um dia eu soltei mais cedo: – Mãe, porque o pai está demorando para chegar? – Deve estar com alguma prostituta. – Mãe, vou dar uma olhada ali na frente. O filho volta de repente apavorado e fala: – O pai está fumando droga na esquina. A mãe para o pai: – Você chapado de novo seu vagabundo! O pai: – E você é prostituta! Filho: – Assim eu não agüento, meu pai drogado e minha mãe prostituta. Chegando a noite a mãe fala: – Vou trabalhar para sustentar esse vagabundo. Pai: – Já que sua mãe saiu vai me buscar cinco trouxinhas de maconha. Filho: – Nunca vou sustentar seu vício. Pai: – Se não vai ir então apanha. No dia seguinte o aluno chega no instituto cheio de marcas no corpo. A professora fala: – O que aconteceu com você menino? Ao que ele responde: – Meu pai me bateu. A professora ligou para o Conselho Tutelar e o menino foi recolhido. Dois meses depois sua mãe vai com uma ordem e o tira daquele inferno. Chegando em casa eles viram o pai machucado e rasgado: – Pai, o que aconteceu com você? O pai: – Filho, apanhei porque devia dinheiro aos traficantes. – Pai, fique em casa repousando, eu cuido de você. Passada uma semana a mãe fala ao filho: – Estou me sentindo muito mal, vou até o médico. Ao chegar no hospital ela pega seu exame e leva para o médico e ele fala: – No seu exame mostra que você tem AIDS. A mãe: – Quanto tempo tenho de vida? O médico responde que ela tem um mês de vida. Um mês depois a mãe estava morrendo e se despedindo do seu filho e do seu marido. Dois meses depois o pai chega transtornado e quebra tudo. O filho é obrigado a chamar a polícia e leva

ele para o CAPS. Dois anos depois seu pai volta reabilitado. Quinze anos depois seu filho realiza um sonho: se forma em medicina e se muda com seu pai para os estados unidos. FIM.”

Esse ‘final feliz’ protagonizado pelos jovens traduz tudo aquilo que a sociedade, o Instituto e também a estagiária espera(va)m deles: a sua transformação de jovem falho, “sem mácula” (Discurso oficial, 1959, p.2), ‘desvalido’ e ‘menor’, para um sujeito útil à coletividade. Os efeitos sobre esse sujeito ultrapassam, assim, a qualidade de guerreiro protetor da sociedade, como considerado na Grécia Antiga. Agora, o sujeito jovem adquire o papel de herói anônimo da pátria que, entre os muros vigilantes da governamentalidade, tem a seguinte missão: *acreditar* no rio biopolítico da ordem e do progresso estampados na bandeira brasileira. E ouço novamente os versos do hino do Instituto cintilar: “Para a frente / Juventude / Futuro conquistar”.

PÓS-ESCRITO: JOGANDO A VELHA NO FORNO



Agora era fatal

Que o faz-de-conta terminasse assim

Pra lá deste quintal

Era uma noite que não tem mais fim

Pois você sumiu no mundo sem me avisar

E agora eu era um louco a perguntar

O que é que a vida vai fazer de mim?

(Chico Buarque/Sivuca, João e Maria)

A trilha desta escrita chega ao fim, entretanto não penso que aqui se determine um ponto final. Admitindo que o ato de escrever produz também forças que escapam à palavra, ao invés de delinear conclusões, tomam conta de mim outras possibilidades e tensionamentos. Respeitando esse momento de tessitura sem fim, utilizo este espaço para deixar em aberto outras questões, que mobilizem novos pontos de partida para futuros percursos.

Como o exercício de escrever é um ensaio que acontece no gerúndio, pensar o fechamento deste estudo coloca-se menos como um processo de indicar soluções para práticas com jovens, do que como um lugar para falar das lacunas que ficaram; não com o intuito de tentar preenchê-las, mas buscando enfatizar as brechas não contempladas neste trabalho. Isso não significa fazer um julgamento sobre se o que passou foi bom ou ruim, válido ou adequado, mas seria um último exercício genealógico de olhar para a história e tensionar aquilo que produzimos, problematizando os discursos que nos objetivam.

Tendo compreendido as *oficinas de gente* aprofundadas no último capítulo como lugares que fabricam sujeitos, e retomando o curso da dissertação ao olhar para a gênese de construção do Instituto de Menores Dom Antonio Zattera e os atravessamentos do local no processo de produção do sujeito jovem, algumas inquietações invadem estas páginas finais quanto ao modo como minhas próprias práticas foram sendo ‘oficinadas’, fabricadas. Dito de outra forma, abro este espaço para questionar minha própria invenção enquanto sujeito fruto de discontinuidades e acontecimentos no “carnaval do tempo” (Foucault, 2007, p33).

Assim, a proposta para esta última seção não estaria em promover novas ordens que perpetuassem aquele discurso do ‘como fazer diferente’, mas sim, dar sentido para as experiências que nos constituem. Seria assumir uma “humildade epistemológica (...) e ter sempre presente que somos irremediavelmente parte daquilo que analisamos e que, tantas vezes queremos modificar” (Veiga-Neto, 2002, pp.34-36). Isso supõe um movimento de ‘canibalização’, o que se traduz pelo processo de *jogar a velha no forno*, ou seja, quando o sujeito se coloca como objeto de si mesmo. Tal princípio evoca certo modo de olhar o mundo e os efeitos que produzimos nele, que é o de se colocar no lugar do pesquisador implicado, ativando uma preocupação ético-política com nossas ações.

Esse lugar faz referência à análise da implicação que, conforme Bocco (2009, p.51), “não se refere ao grau de participação ou engajamento em algum movimento ou prática, e sim à análise dos lugares que ocupamos no mundo, que uso fazemos desses lugares, como nos posicionamos nos jogos de poder, que alianças fazemos e em nome de quê”.

Apesar da revisão sobre minhas práticas vir acontecendo desde os esboços da dissertação, deixo como últimas palavras a tentativa de adotar essa postura e pensar sobre os atravessamentos que me produziram. Sob este viés, e acreditando que “pensar, não é somente raciocinar ou calcular ou argumentar, (...) mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (Larrosa, 2002, p.21), o que farei agora será contar outra história que também se articula com a do Instituto: a da estagiária de um curso de Psicologia que vê sua constituição atravessada pelas práticas que desenvolveu no IMDAZ.

Entre o desejo e a Instituição

Era uma vez uma estagiária do curso de Psicologia. Com interesse novato, ela assistia às aulas e buscava envolver-se nas mais variadas práticas: estágios com idosos, crianças, adultos, jovens; em hospital, escolas, comunidades, serviços de saúde, clínicas de atendimento da universidade. Acho que estava querendo encontrar a sua própria tribo. Eis que surge uma proposta no estágio de Psicologia do Trabalho I: coordenar uma oficina com jovens que estudavam no Instituto de Menores de Pelotas¹⁷. Coordenar, co-ordenar, colocar em ordem, não? A palavra soava poderosa para a estudante ‘psi’. Começavam a surgir alguns questionamentos sobre o processo de construção de sua prática.

¹⁷ Na época deste estágio, em 2005, o IMDAZ se chamava Instituto de Menores de Pelotas.

Chegando ao Instituto, a supervisora local a recebe de braços abertos e oferece-lhe um mar de possibilidades para o trabalho com os jovens, porém revela que a necessidade da Instituição era dar continuidade a uma oficina que envolvesse a gurizada em projetos profissionalizantes, com o intuito de os ‘ensaiar’ para a vida após a saída do local – quando os jovens completassem 18 anos. A oficina em questão, a qual foi abordada no capítulo anterior, é a chamada de “Preparação para o Mercado de Trabalho”. Trago ela novamente neste momento, pois, para a estagiária que ansiava mudar o mundo, os movimentos decorrentes dessa oficina proporcionaram outros ângulos e linhas de fuga em sua trilha.

Após finalizar o estágio, a estudante em Psicologia parte para o último ano da graduação. Nesse período, ela olha para a oficina de conclusão do curso e um desconforto corta-lhe as entranhas. Ela começa a ler Dejours, Deleuze e Foucault. É um período em que sente o mundo se descortinar para outras formas de produzir conhecimento, um movimento de revisar e criticar o tratado de suas ideias. Como tinta preta derramada sobre o papel branco, toma conta dessa estudante um desassossego concernente a antigos ideais conservados e, pelos próximos anos, é essa sensação que ela insiste em manter: o desconforto sobre suas próprias práticas, ou seja, passar cada ação por um processo permanente de questionamento, revisão e crítica (Veiga-Neto, 2002).

2008. Passam-se três anos desde a oficina de “Preparação para o Mercado de Trabalho”, e a então psicóloga volta para o Instituto com o desejo de produzir novos rumos e romper com antigas práticas. Ela se prepara para uma nova oficina, e desta vez a conversa parte não das necessidades do local, mas daquilo que provoca os jovens a debater. A sugestão vem de um garoto, de olhos empolgantes e marotos, que propõe a criação de histórias, filmes, teatros, contos e fábulas; em suma, qualquer movimento

artístico que os tivessem como protagonistas. É assim que nasce a oficina mencionada no começo desta dissertação “Que cinderela que nada! – inventando histórias”, que passa a acontecer quinzenalmente, durante 3 horas no período da tarde, da qual participam um total de nove jovens, entre 14 e 17 anos.

Foram cinco meses de encontros e, entre todos os momentos experienciados, um em particular promove aquilo que se conjugará a conclusão dessa dissertação: o encontro com a morte. Em uma tarde em que compareceram à oficina 8 jovens, esses se reúnem para inventar uma história e, para tal, decidem começar pelos personagens. No entanto, a ideia que surge é a de olhar para a criação destes do fim ao começo, de sua morte para a vida, dos seus túmulos para seus feitos. Assim, cada jovem toma um lugar na sala, determinando a sua lápide, pensando sobre os epitáfios de seus personagens (Anexo V).

Nas lápides dos *Joãos e Marias*, entendidos como a gurizada do Instituto, mais precisamente os participantes dessa oficina e cujas vidas motivaram o percurso dessa escrita, é possível observar os efeitos sobre o sujeito jovem que vem se constituindo sob a chave do paradoxo biopolítico: entre a falta e a potência. De seus epitáfios, os personagens apresentam-se ou como sujeito indignos (“a garota de strip”, “uma pessoa entregue às drogas”, o cantor cujo amigo mata,), ou como protagonistas salvadores da espécie (“O grande Cristo que lutou pela humanidade”, “um guerreiro”, “um homem do exército”, “(...) que cumpriu seu dever à pátria”). Torna-se clara, nesse momento, a exposição da população juvenil como sujeitos de investimento, que são moldados conforme os olhares colocados sobre si.

Entre os túmulos, contudo, eis a lápide em branco. Quando a psicóloga pergunta ao jovem que a criou sobre a pedra sem inscrições marcadas, ele revela que *a história daquela pessoa depende de quem vê*.

E essa experiência se torna um dos pontos principais da trilha da escrita que aqui vai chegando ao fim, pois ela me ensinou que a manifestação e invenção dos sujeitos estão amarradas com as estratégias de governo que os compõem. Isso quer dizer que o diagrama de constituição de cada indivíduo vai sendo fabricado conforme os discursos colocados sobre eles. Os regimes de verdades, o olhar sobre o jovem, os saberes e a produção de conhecimento são alguns dos fatores que os nomearão, o que determinará a inscrição de sua lápide.

Da mesma forma que a lápide em branco aponta o quanto somos produtores e produtos da história – não importa se estagiária, psicóloga, pesquisadora, autora –, descubro que sempre vou me encontrar entre o desejo de questionar e desdobrar as minhas próprias ações, bem como a instituição do olhar, das relações de saber e poder que me atravessam e constituem. Sendo assim, ao buscar romper com alguns aprisionamentos nos modos de pensar o mundo, a estagiária/a psicóloga acaba percebendo que o exercício de crítica não está na fuga de capturas e governo, uma vez que as instituições estão em tudo, mas reside em afrontar o modo como se produz conhecimento. Como Lara (2009, p.77) explicita perfeitamente, o essencial está “na gama de possibilidades de modos de governo que se possa inventar”.

Porém, onde está aquilo que nomeei como o encontro com a morte, como nomeei aquela experiência? O encontro está exatamente entre o desejo e a instituição, na tentativa de fazer de nossas práticas, dessa escrita, por exemplo, uma estratégia de resistência a nós mesmos. Assim, a morte estaria naquilo que Deleuze e Guatarri (1972) chamam de *desterritorialização* – a passagem viva entre um não-saber e o aprender –, que se compreende pelo processo de arrombamento da imagem de pensamento que tínhamos. Dito de outra forma, a morte seria um exercício que nos possibilita desconstruir os sistemas vigentes e questionar como vem ocorrendo a produção do

conhecimento, um modo de desdobrar-se acerca dos pressupostos que constituem o processo de subjetivação dos indivíduos. Isso promove uma atitude de “práxis reflexiva ou experiência dotada de sentido” (Larrosa, 2002, p.21), ou seja, de pôr à mesa a clandestinidade das múltiplas vozes que nos produzem sujeitos, em colocar-se fora da lógica de que existe uma verdade incontestável.

O exercício da morte seria como no fim do conto *O Alienista* de Machado de Assis (2008), quando o alienista entra em seu próprio cárcere privado (construído, a princípio, para estudar os loucos) a fim de curar a si mesmo, e morre. E em relação a isso, digo que a cada dia as nossas práticas talvez precisassem morrer e, junto com elas, morrer a pesquisadora/autora de mim mesma. Seria procurar os (des)caminhos que nos incitasse a sermos agentes no presente, sujeitos de experiência, “seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência (...) é um sujeito ex-posto.” (Larrosa, 2002, p.25). Exposto a vulnerabilidades e riscos em um processo de deixar realmente a lápide em branco, no sentido de buscar a morte diária de nossas sistemáticas crenças como cientistas, colocando na mesa o conhecimento e saber que nos abarcam, buscando se desterritorializar, sobretudo, da lógica do produtivismo e da doutrina de genialidades competitivas do *cidadão que faz*. A proposta que fica em aberto é esta: a de ensaiar *percursos* descontínuos, fluxos interrompidos, do que vamos produzindo e como e por onde vamos caminhando, entre o desejo e a Instituição.

REFERÊNCIAS

- Amaral, G. L. (2006). Ginásio Pelotense e Gonzaga: apontamentos sobre o ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. In: *IV Congresso Brasileiro da História da Educação, eixo temático 5, Historiografia da educação brasileira e história comparada*. Recuperada em 8 de janeiro, 2010, de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo05/Coordenada%20por%20Norberto%20Dallabrida/Giana%20Lange%20do%20Amaral%20-%20Texto.pdf>
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Bakos, M. M. (1982). *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Bastos, R. (2006). Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), 301-315. Recuperado em 20 de setembro, 2008, de http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n2_2006/vol23_n2_2006_8artigo_p301a315.pdf
- Betemps, L. R. (1999). Aspectos da colonização Francesa em Pelotas. *História em Revista* (5), 117-135. UFPel. Recuperado em 10 de janeiro 2010, de http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Leandro_Ramos_Betemps_Volume_05.pdf
- Bocco, F. (2009). *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Boarini, M. L. & Yamamoto, O. H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista* 13(1), 59-72. Recuperado em 8 de dezembro 2009, de http://www.coc.fiocruz.br/psi/pdf/higienismo_eugenia.pdf
- Bujes, M. I. (2000). O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *Educação e Realidade*, 25(1), jan/jun, 25-44. Porto Alegre: FAGED/UFRGS. Recuperado em 13 de abril, 2009, de <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/BUJES.pdf>
- Bulcão, I. (2002). A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos ‘criança’ e ‘menor’. In: M. L. Nascimento (Org.). *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*, 61-73. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto.
- Brasil. Lei 8.069. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 13 jul.

- Brasil. (2003). *Plano Estadual de Assistência Social*. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Rio Grande do Sul: Departamento de Assistência Social 2000-2003.
- Brasil. (2006). *O Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República.
- Brasil. (2009). *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*. Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/DF. Recuperado em 2 de dezembro, 2009, de <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>
- Campos, D. (2007). *De 'menor' à cidadão: a trajetória de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. [filme-curta]. D. Campos, dir. Ceará: Perspectivas criação e produção áudio-visual.
- Cruz, L., Hillesheim, B. & Guareschi, N. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), set./dez, 42-49. Recuperado em 22 de janeiro, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (2009). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coimbra, C. (2001). Psicologia, direitos humanos e neo-liberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), jan./jun., 139-148.
- Coimbra, C.; Bocco, F. & Nascimento, M. L.. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Recuperado em 13 de outubro, 2009, de <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>
- Coimbra, C. & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes – Revista de Estudios sobre Juventud*, 9(22), jan/jun, 338-355. México: DF.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1978). *Kafka. Por uma literatura menor*. México: Era.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim

Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Fonte Universitária.

Editora Abril. (2009, Julho 15). *Revista Veja*. (2121ed.). São Paulo: Autor. Recuperado em 30 de outubro, 2009, de <http://veja.abril.com.br/150709/sem-idade-p-062.shtml>

Egito. (1780 a.C). *Biblioteca virtual de direitos humanos – USP*. Recuperado em 31 de outubro, 2009, de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Acervo/>. São Paulo: USP.

Estados Unidos. (1776). *Biblioteca virtual de direitos humanos – USP*. Recuperado em 31 de outubro, 2009, de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Acervo/>. São Paulo: USP.

Faleiros, V. P. & Faleiros, E. S. (2007). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, SECAD e UNESCO.

Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: H. Dreyfus & P. Rabinow. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Fonte Universitária.

Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.

Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. 6ªed. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder*. 23ªed. São Paulo: Graal.

Foucault, M. (2008a). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Garland, D. (2008). *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. (A. Nascimento, Trad.). Rio de Janeiro: Revan.

Giacóia, O, Jr. (2008). Sobre direitos humanos na era da bio-política. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 49(118), 267-308. Dez/2008. Recuperado em 24 de outubro, 2009 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2008000200002&script=sci_arttext

Grimm Brothers. (1944). *The Complete Grimm's Fairy Tales*. New York: Pantheon Books.

Hüning, S. M. (2003). *Ordinário, marche! A constituição e o governo do risco social em crianças/adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS.

Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, jan/abr, 20-28. Recuperado em 10 de janeiro, 2010 de http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf

Larrosa, J. (2003). O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e Realidade*, 28(2), jul/dez, 101-115. Porto Alegre: UFRGS.

Lara, L. (2009). *Saúde Pública e Saúde Coletiva: investindo na criança para produção de cidadania*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS. Recuperado em 17 de janeiro, 2010 de http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2013

Lasta, L. L. (2009). *Entre leis e decretos sobre inclusão: a produção de sujeitos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz: UNISC.

Lins, A. M. & Cecílio, L. C. O. (2008). O discurso da institucionalização de práticas em saúde: uma reflexão à luz dos referenciais teóricos das ciências humanas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 483-499. Rio de Janeiro. Recuperado em 30 de novembro, 2009, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000300007&lng=pt&nrm=iso

Lobo, L. F. (2008). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Lopes, A. E. M.; Paula, D.C. & Tomaschewski, C. (2003). Museu da Baronesa: um lugar de memória da cidade de Pelotas. In: XII Congresso de Iniciação Científica. Pelotas: UFPel.

Lyra, J.; Medrado, B.; Nascimento, P.; Galindo, D.; Moraes, M. Pedrosa, C. (2002). “A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete” - Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direito. *Cadernos SEDES*, 22(57). Campinas.

Machado de Assis, J. M. (2008). *O alienista*. Porto Alegre: L&PM.

- Magalhães, M. O. (1993). *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel / Livraria Mundial.
- Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. 2ªed. São Paulo: Hucitec.
- Melhoramentos. (2009). *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Online*. Recuperado em 2 de janeiro, 2010 de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>
- Monquelat, A. F. (2009). *Notas à margem da história da escravidão*. Pelotas: UFPel.
- Ortega, F. (2004). Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 8(14), 9-20. Recuperado em 24 de outubro, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a01.pdf>
- Peruzzo, R. S. (1997). *Instituto de Menores: hibridações na constituição de si*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Piccinini, V. (2002). Instituto de Menores: sua origem. *Diário Popular*. Pelotas, RS. Recuperado em 20 de dezembro, 2009, de http://srv-net.diariopopular.com.br/03_07_02/artigo.html
- Ramil, V. (2008). *Satolep*. São Paulo: Cosac Naify.
- Ramos do Ó, J. (2006) Terrenos disciplinares da alma e do self-government no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911). *Sísifo: Revista de Ciências da Educação* 1, 127-138. Recuperado em 20 de novembro, 2009, de <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=1&p=127>
- Rose, N. (1999). *Governing the soul: the shaping of the private self*. 2ªed. London: Free Association Books.
- Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, 1(26), 33-57. Porto Alegre: UFRGS.
- Sibilia, P. (2002). *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SINPRORP. (1992). Gente que faz. *Prêmio Opinião Pública 1991/1992*. Transcrição adaptada dos registros existentes no CONRERP 2ª Região – São Paulo/Paraná. Recuperado em 8 de janeiro, 2010, de <http://www.sinprorp.org.br/>

Spínola, M. (2006). *Governo federal avança na implementação de políticas para a juventude*. Brasília/DF: Assessoria de Comunicação, Secretaria-Geral da Presidência da República. Recuperado em 11 de dezembro, 2009, de <http://www.planalto.gov.br/SecGeral/noticias/noticia193.htm>

Sposito, M. P. & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39. Recuperado em 20 de novembro, 2009, de <http://www.uspleste.usp.br/nasce/arquivos/educacao/juventudeepoliticaspUBLICASnobrasil.pdf>

UCPel. (2009). Desfile no Instituto de Menores marca encerramento de Curso de Costura. *Caderno Online de Notícias da UCPel*. Recuperado em 8 de janeiro, 2010, de <http://www.ucpel.tche.br/portal/index.php/pesquisa/download/banner/banner/conta.php?secao=noticias&id=2259&PHPSESSID=5902b0bdd5f5ca85b570c52d778088e8>

United Nations. (2007). *World Youth Report 2007 - young people's transition to adulthood: progress and challenges*. Nova York: UN. Recuperado em 20 setembro, 2009 de <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr07.htm>

Vaticano. (1891). *Biblioteca virtual do Vaticano*. Recuperado em 8 de dezembro, 2009, de http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

Veiga-Neto, A. (2002). Olhares... In: M. Vorraber Costa (Org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

Veiga-Neto, A. & Lopes, M. (2004). Os meninos. *Educação & Realidade*, 29(1), 229-239. Porto Alegre: FAGED/UFRGS.

Veiga-Neto, A. & Lopes, M. (2007). Inclusão e governamentalidade. *Educ. Soc.*, 28 (100), 947-963. Recuperado em 2 de dezembro, 2009 de <http://www.cedes.unicamp.br>

ANEXOS**Anexo I: Trilha (Sonora) da Dissertação**

1. *Track 1:* Transpiração, Ney Matogrosso;
2. *Track 2:* Little Red Rooster, Yardbirds;
3. *Track 3:* Come Together, The Beatles cantado por Joe Cocker;
4. *Track 4:* Lonely is the World, Black Sabbath;
5. *Track 5:* Across the Universe, The Beatles;
6. *Track 6:* Rock me baby, Rolling Stones e ACDC;
7. *Track 7:* João e Maria, Chico Buarque;
8. *Track 8:* J'y Suis Jamais Alle, Yann Tiersen.



Anexo II: Folder do Instituto



**MITRA DIOCESANA DE PELOTAS
INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA-IMDAZ
CENTRO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL**






HISTÓRIA:
Instituição de cunho filantrópico, fundada em 03 de julho de 1924, na época denominada Associação Protetora dos Meninos Desvalidos, atendendo 260 crianças e adolescentes. Hoje Instituto de Menores Dom Antônio Zattera atende 160 crianças e adolescentes, em virtude da dificuldade financeira e falta de financiadores.

FINALIDADE:
O IMDAZ tem por finalidade atender crianças e adolescentes, na faixa etária de 07 aos 18 anos incompletos e seus familiares, de diversos bairros de nossa cidade, que se encontram em vulnerabilidade social.

ATENDIMENTO:
Atendemos no turno inverso ao da escola, suprimindo as suas necessidades básicas de alimentação, saúde, vestuário, proporcionando em especial, apoio pedagógico, orientação profissional, e instrução para a vida sócio afetiva e religiosa.

Oficinas desenvolvidas com profissionais do IMDAZ:

Mercenária 		Malharia 
Pintura 	Garçon 	Orientação em corte e costura 

<p>Ações desenvolvidas através de parcerias:</p> <p>Centro de extensão em Atenção à terceira Idade - CETRES/UCPel.</p> <p>Projeto "Integrando Gerações" - Idosas instruindo os adolescentes. * Pintura em tecido * Pintura em madeira * Crochê * Tricô</p> <p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Clima Temperado - EMBRAPA * Adolescentes encaminhados no período de dez meses, desempenhando a função de Office Boy.</p> <p>Convênio com a Secretaria Municipal de Cidadania: * Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI * Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF * Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - ASEMA</p> <p>Promotora de Infância e Juventude de Pelotas/ Conselho Tutelar/ Brigada Militar - 4ª BPM/ Secretaria de Cidadania de Pelotas.</p> <p>* Casa de Passagem para Crianças e Adolescentes em situação de vida de rua.</p> <p>PRESIDENTE: Dr. João Francisco Neves da Silva Gestão 2004 a 2007 2007 a 2010</p> <p>DIRETORA: Marilda Moreno</p> <p>EQUIPE TÉCNICA: Assistente Social, Nutricionista, Psicóloga, Pedagoga.</p>	<p>Ações desenvolvidas através de parcerias:</p> <p>Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC * Informática básica </p> <p>* Preparação para o Primeiro Emprego * Web design * Produção de salgado para festa</p> <p>Clube Náutico Gaúcho * Remo </p> <p>Laços Estúdio de Animação * Desenho animado </p> <p>INSTITUTO CSA * Biblioteca Leitura - "Descobrinho Um Novo Mundo" </p> <p>LIFEMED * Confeção de artesanatos com material não utilizado na empresa. </p>
--	--

**Instituto de Menores
D. Antônio Zattera**

...e vieram as chuvas,
sopraram os ventos
e esta casa não caiu...
pois foi edificada
sobre a rocha.


...Ele não pesa, é meu irmão

Av. Domingos de Almeida nº3150 - Fone: (53) 3228 2437
cep: 96.085-470 - Pelotas/RS - Brasil
e-mail: institutodememores@gmail.com
website: <http://www.institutodememores.org.br>

Patrocínio:


ecoSUL

APOIE ESTA CAUSA
"Aquilo que para você é pouco, pode ser muito para todos nós"





Anexo III: Discurso Oficial de Inauguração do Instituto**Discurso de inauguração oficial do “Instituto de Menores de Pelotas”**

Pelotas, 1^o. de dezembro de 1959*

* Digitação integral do documento original

Na vida do homem, das instituições ou dos núcleos sociais, as datas não valem, apenas, como expressão meramente cronológica. Não se situam num só instante ou num só acontecimento.

Não revelam um só ato ou um só esforço. Não representam uma só idéia ou um só sentimento. Resultam, sem dúvida, de uma série conjugada de atividades, de sonhos, de trabalho, de esperanças, ainda que por vêzes algum desengano traga sua marca de dôr e de amargura. Por si mesmas, as efemérides têm um sentido fugaz, na existência efêmera das rosas do poeta...! Nascem desenrolam-se e consomem-se, sem que, a rigor, pelo simples perpassar das horas, se alterem os rumos de um ser ou de uma coletividade.

As datas, porém, assumem uma significação especial, quando assinalam o triunfo, a conquista de um ideal, a meta de uma aspiração, sintetizando-se, no momento comemorado, as emoções mais cara e mais nobres, que brotaram, dia a dia, da luta titânica contra os imprevistos, contra as situações aparentemente invencíveis, contra os obstáculos, contra o desespero ante as derrotas, contra o próprio desânimo natural. Mas, sobretudo, essa significação especial mais se projeta, quando as efemérides de originam do orgulho pela obra realizada; pela vaidade sã ante os frutos do labor fecundo; da

jactância sadia na contemplação dos resultados da perseverança; e do júbilo íntimo pela consciência do dever cumprido.

Esta solenidade, a que Pelotas assiste, com os aplausos unânimes, prestigiada (*parte ilegível*) autoridades cívicas e militares, esta solenidade dizíamos - não se restringe, apenas, às cerimônias do presente e nem se emoldura, do brilho destas festividades. Estas manifestações, por mais cintilantes, se perderão na poeira do tempo, esmaecendo-se pouco a pouco, as impressões que se gravam em nossa memória. Se, porém, procurarmos as origens deste ato e se, principalmente, aprofundarmos os sentidos da investigação dos benefícios que do mesmo resultarão, compreenderemos, indubitavelmente, que existem parcelas imponderáveis e imperceptíveis, espalhadas nos três lustros desta instituição, que podem não exteriorizar-se materialmente, mas que ressaltam nas buscas de nossos corações. E encontraremos, aí, as mais puras provas de altruísmo, de desprendimento, de amor ao próximo e fraternidade, que oferecem um colorido fantástico à festa, na revelação sublime de tudo quanto o homem, em nome do bem, pode realizar de infinito, apesar dos limites estreitos de seu engenho e arte.

Pela magia das virtudes que presidiram a criação deste Instituto e que se mantêm, sem mácula, na sua evolução, lembramos, contritos e angustiados, o desfilar daquelas tristes caravanas de adolescentes que aqui aportam, sem norte, sem amparo, sem luzes, sem aptidões, anônimos e ignorados, como sobras que correnteza carrega para lugares desconhecidos, na sua faina devastadora, quando a salvação é mero acidente do acaso ou da fatalidade. E sob o mesmo influxo, mas comovidos e ufanos, na ante-visão prodigiosa do futuro, assistimos ao transitar de gerações, por décadas e décadas vindouros, de homens úteis, com sua formação profissional assegurada, seu caráter burilado, imbuídos dos propósitos de serem dignos,

com um "lugar ao sol", no meio da turbilhão social. Percebemos, assim, a suprema redenção, ao menos em parte, dos erros de uma humanidade, que é pródiga em deixar impunes os verdadeiros responsáveis, para fazer recair sobre inocentes a expiação de culpas alheias....

Nascidos sem lar, sem aconchêgo, sem conforto, sem proteção, sem noções mais rudimentares de convivência - essas crianças encontram, aqui, vencidos os receios iniciais da surpresa, aquilo que, impiedosamente, a vida lhes negou, marcando-os com o signo da desgraça, como ferrete a conspurcar a pureza de suas almas juvenis. Não são elementos perniciosos, nem perdidos, nem nocivos. São simplesmente, elementos apartados da linha humana, por estas contingências do destino, sem que caiba responsabilidade direta ou pessoal de cada um de nós, se bem que cada um de nós tenha uma parcela de culpa indireta, no conjunto amorfo que constitui a organização social. Realmente pela interdependência da civilização, todos nós temos, no fundo, maior ou menor culpa pelo que sucede ao próximo menos afortunado, pela omissão voluntária, pela despreocupação de enfrentar os problemas mais prementes, pela desídia, quando não pelo comodismo, pelo egoísmo, pelo desinterêsse, pela apatia.

Quando, pois, os homens se unem em torno de entidades como o "Instituto de Menores", oferecendo-se em holocausto em benefício da infância, não esta sendo praticado nenhum ato de caridade, no verdadeiro sentido cristão da "rainha das virtudes". Resgata-se uma dívida, que, mesmo não sendo de ninguém individualmente, é de todos indistintamente. Na caridade, reflete-se um sentimento unilateral, sem que o beneficiado tenha o direito de invocá-lo.

Nesta casa, contudo, o bem não é realizado simplesmente porque deva sê-lo, sob o impulso da própria caridade. Todos que idealizam o

"Instituto", confiaram-no à posteridade, sustentam-no com sua dedicação e suas dádivas, dirigem-no com sabedoria e carinho - compreendem, na mais alcandorada idéia de amor próximo, que deve existir uma obrigação inata a todos os homens, do que são humilhados constantemente pela sorte, dos que formam as camadas dos revoltosos latentes, daqueles que, como afirmou o gênio de Leão XIII, na sua célebre Encíclica, "estão pela maior parte numa imerecida situação de infortúnio de miséria".

Cumpriu-se, pois, um dever social nobilitante, sob a égide dos mais genuínos preceitos do cristianismo, em organizando esta cruzada em prol dos menores que, já sofrendo as asperezas da vida desde seus albores, se embrenhariam pelas trevas do vício e dos pecados, morrendo as ilusões de sua juventude em pleno desabrochar dos sonhos ...

Felizes, porém, aquêles que, por sua formação moral e pela elevação de seus sentimentos, são capazes de reagir ante o sofrimento alheio, obedecendo seus impulsos em favor do próximo, numa concepção altruísta da vida, sem se enclausurarem nos seus próprios gozos, na suprema manifestação de acendrado egoísmo.

Entre êsses beneméritos como símbolos de todos quantos auxiliaram a construção desta casa - mais naquilo que representa do ponto de vista social e educacional do material - merecem ser exaltados os nomes de S. Ex.^a. Rev.^{ma}. Dom Zátera, DD. Bispo Diocesano, e do saudoso e ínclito magistrado Dr. José Alsina Lemos. Tornaram-se, assim, os artífices desta nova entidade, conjugando seus esforços com outros generosos e ilustres pelotenses, e contando com o decidido auxílio dos poderes público da União, do Estado do Município, até ser ultimada a obra que, hoje, é oficialmente inaugurada, como parcela ponderável de grandioso plano definitivo. Unidos por princípios filosóficos comuns, ambos souberam, também entrelaçar seus

corações e seu idealismo, sob o pálio sacrosanto das virtudes excelsas que ornaram suas personalidades, conquistando o respeito, a admiração e os aplausos da coletividade pelotense.

No julgamento deste empreendimento, não cabem quaisquer dissensões ou divergências, por mais fortes, sérias e sinceras que se apresentem em qualquer setor.

Não sendo a prática do bem o apanágio de nenhum credo ou de nenhuma escola, as suas realizações merecem os louvores e os prêmios de todos quantos não sejam sectários e parciais, observando apenas seus resultados e seus proveitos, sem indagar de suas origens ou dos fundamentos de sua inspiração.

Este "Instituto" poderia ostentar, no pórtico, o dístico honroso de "Templo do Trabalho". Realmente, aqui se enraíza, no âmago de cada jovem, a idéia de que, na exaltação magnífica de Ruy Barbosa, "o trabalho não é castigo: é santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil.

Não o trabalho que escravizava, que humilha, que avilta, mais pela exploração do homem sobre o homem, do que pelas míguas retribuições econômicas que mais desesperam do que compensam. O trabalho não é, apenas, a fonte de riquezas materiais. É o elo que une todos os indivíduos, é o prêmio às aptidões, é a diferença entre os homens e os irracionais.

Degradante não é trabalhar, e, mesmo assim, ganhar pouco. Degradante é não trabalhar e, mesmo assim, ganhar muito. Já o notável Leão XIII, na sua referida mensagem de confraternização das classes, em fins do século XIX, afirmava com ênfase: "O que é vergonhoso e desumano é usar dos

homens como vis instrumentos de lucro e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços” .

Mas não basta que o indivíduo trabalhe, na árdua tarefa de enfrentar, momento, as profundas desigualdades sociais, que são criações do próprio homem antes de serem impostas pela natureza. É essencial que o homem compreenda o alcance de seu próprio trabalho, segundo sua capacidade, e que, principalmente, o homem compreenda o alcance do trabalho alheio, segundo suas necessidades virtuais.

A humanidade carece de escolas que ensinam a trabalhar, no sentido técnico, mas que, sobretudo, ensinem a valorizar o próprio trabalho; que eduquem as gerações do ponto de vista moral; que assegurem consciência ao trabalhador de seu próprio valor. Só assim, quando o trabalhador de hoje, que obedece, se tornar, amanhã, um trabalhador que comande, as classes sociais poderão manter a concórdia que ainda é, infelizmente, ensombrada por aspirações utópicas.

Para isso, não necessitamos do ódio, dos choques destruidores, das atividades subversivas, dos atentados aos postulados inerentes às nossas tradições, insuflados por falsos profetas, que mais se aproveitam da situação pessoalmente do que colhem benefícios para todos. A solução está numa democracia - social, que não nivela os desiguais, mas que não nega a ninguém o direito de ser homem e de ser útil à coletividade, sem que as escaladas na vida se tornem meras contingências da sorte ou da fatalidade. Necessitamos de condições morais que assegurem, na assertiva do pensador belga, “uma democracia que quer assentar a felicidade da classe obreira, não nas ruínas das outras classes, mas na reparação dos agravos que ela, até agora, tem curtido”.

O homem tem que ser salvo desde o nascimento. A tarefa será mais ingente e mais árdua, se os espinhos tiverem de ser arrancados quando mais fortes se apresentem. A humanidade deve evitar que os homens adquiram motivos para suas explosões de revoltas. Depois que estejam dominados por suas reações contra as injustiças cotidianas, sem causas que as expliquem, envenenados pelos aproveitadores da emergência, difícil será conduzi-los pelos caminhos da fraternidade universal.

E os adolescentes merecem, assim, todo o cuidado, todo o zelo, todo o apóio nos seus primeiros contactos com a rude realidade social. Parafrazeado La Bruyère, podemos advertir que a primeira parte da vida do homem não deve fazer desgraçado o restante.

Se a gênese da personalidade, dos indivíduos for repleta de fatos gerados pela iniquidade, pela incompreensão, pelo abandono, pelos atritos permanentes, pelos desenganos - a civilização será constituída de gerações contaminadas pelo desespero, sem que as prédicas, os conselhos, as exortações e, menos ainda, as próprias leis consigam extirpar as raízes desta sublevação íntima, que não tardará a exteriorizar-se em cenas dantescas, sob o império da violência e da negação dos princípios tutelares da dignidade da pessoa humana.

Eis por que este "Instituto" representa papel saliente na história social e educacional de Pelotas. É um orgulho para a nossa cultura. É um motivo de vaidade para nossas tradições cívicas. Ainda que relativamente reduzido para sua alcandorada missão, vale como incentivo à criação de entidades congêneres e atesta, para os contemporâneos e para os pósteres, o alto senso do povo pelotense, na sua predestinação de redimir os erros sociais, como já se antecipara, no passado, à abolição da escravatura negra no Brasil.

Nesta casa, um grupo de devotados dirigentes e de cultos mestres enfrentam o problema em suas origens. Como artistas pacientes e sem outro interesse que não seja o prêmio da própria obra artística, vão moldando os caracteres, estimulando virtudes, aperfeiçoando capacidades, aproveitando aptidões, destruindo arestas, forjando, enfim mentalidades que possam, amanhã, na maturidade, contribuir, sem rancores e sem malquerenças, para que a Pátria brasileira seja sempre manancial inesgotável de paz, de amor e de fraternidade.

Ainda que alguns se desgarrem da senda feliz que lhes é apontada, com bondade e, até, com sacrifício, outros ficarão, espalhando-se por terras longínquas ou próximas, anônimos ou em evidências, enfrentando dificuldades ou usufruindo prazeres. Mas todos serão ciosos de suas responsabilidades, convictos de sua predestinação, conscientes de seus deveres sociais. Enquanto, porém, um só haja vencido, um só, graças aos ensinamentos e aos exemplos aqui semeados, resista aos ímpetos da hecatombe, reaja contra as tentações do mal, imponha o bem em sua atividade, se torne um paradigma no centro onde atue - todo o esforço, tôda a luta, todos os revezes, por ventura sofridos - se transformarão, por encanto em galardão de glórias e de ufanias, de lauréis e de triunfos como síntese esplêndida dos ideais de todos os que sonham com o êxito do "Instituto". E o orgulho será mesmo assim imensurável, o júbilo será mesmo assim infinito, a recompensa será mesmo assim eterna, porque num fio d'água estão concentradas tôdas as maravilhas da corrente; numa pétala de rosa estão concentradas tôdas as belezas da flor; numa gota de orvalho estão concentrados todos os mistérios da natureza; no gorgueio de um pássaro estão concentrados os encantos do reino animal; e num tênue ráio de sol estão concentrados todos os fulgores da luz!

Dr. Alcides de Mendonça Lima

Anexo IV: Projeto de Oficina

Projeto de Oficina

Necessidades Abrangentes

Após fazer um diagnóstico do local de estágio, foi preciso destacar as principais necessidades da instituição, para dar atenção a mais urgente. Constatou-se que inúmeros trabalhos deveriam ser realizados no Instituto de Menores, porém uma vez que a estagiária era somente uma, não seria possível realizar todos os projetos imaginados. Sendo assim, o plano escolhido a ser objetivado seria o de reiniciar um projeto já efetuado em estágios anteriores: Preparação para o Mercado de Trabalho.

A importância de concretizar este trabalho se dá no momento em que todos os jovens, ao completar a maioridade, têm de sair da instituição, para buscarem, por si só, emprego e sobrevivência. Considerando a realidade na qual vivemos, sabemos o quanto é impraticável para um jovem, sem experiência de trabalho, conseguir 'se virar' no mundo que nos cerca. Portanto, apesar de encontrar inúmeras problemáticas a serem trabalhadas, este projeto foi percebido como o de maior urgência, bem como o de maior desafio.

Objetivos do Estágio

Geral

Desenvolver experiência na área de Psicologia do Trabalho, bem como adquirir conhecimentos práticos em diagnóstico organizacional, buscando compreender as relações sociais de trabalho e o papel do psicólogo nessas relações.

Específicos

- * Trabalhar com o fator interdisciplinaridade na instituição;
- * Buscar uma maior integração entre o corpo docente e discente do Instituto;
- * Propiciar um exercício de busca (e/ou ampliação) de metas, desejos e sonhos;
- * Problematizar perspectivas para o futuro explorando as opções e a capacidade do grupo de construir ou reconstruir seus projetos;

* Oferecer informações, de acordo com as demandas do grupo, a fim de possibilitar novos olhares acerca do mercado de trabalho existente.

Descrição do Planejamento de Atividades

Atividade: Trilhando seu caminho – Oficina para os adolescentes que estão saindo do Instituto de Menores.

Objetivos: Promover a integração grupal a fim de favorecer a instauração de um espaço relacional coletivo de transformação, de reflexão e discussão sobre o mercado de trabalho vigente.

Forma de participação da estagiária na atividade: Serão realizados dois grupos de alunos, selecionados de forma randomizada, seguindo apenas os quesitos de idade (buscando sempre os adolescentes entre 16 e 18 anos). Os encontros serão de uma hora e meia cada, uma vez por semana com cada grupo. A estagiária se encontra como facilitadora do encontro, promovendo atividades conforme a demanda e necessidade dos adolescentes, sendo o critério de escolha das dinâmicas desenvolvido por eles mesmo, bem como idéias para encontros futuros.

Procedimentos Básicos: Desenhos, técnicas, dinâmicas, folhetos explicativos, visitas a locais possíveis para trabalho, assim como busca de informações sobre aquisição da documentação necessária para inserir-se no mercado de trabalho. Montagem de currículos, sub-oficinas com propósito de propiciar novos possíveis trabalhos (oficinas de fotografia e filmagem).

Recursos:

Humanos: Coordenação pedagógica, professores, direção, funcionários e supervisora acadêmica.

Materiais: Folha de ofício, canetas, lápis de cor, jornais, revistas, cartolinas, pincéis, tintas, câmeras fotográficas, vídeos, televisão, veículos, entre outros utensílios.

Cronograma						
Atividades	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho
Ambientação	X	X				
Reunião com a psicóloga	X	X		X	X	
Diagnóstico Institucional		X	X		X	X
Execução do Projeto		X	X	X	X	X
Avaliação					X	
Pelotas, Agosto 2005.						

Anexo V: Lápides dos Joãos e Marias

